

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

2015/2016



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**A ESTRATÉGIA MILITAR RUSSA – IMPACTO NA DEFESA DOS PAÍSES
DA UNIÃO EUROPEIA.**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

CMG M



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A ESTRATÉGIA MILITAR RUSSA – IMPACTO NA
DEFESA DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA.**

CMG M PAULO JORGE DA SILVA RIBEIRO

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2015/16

Pedrouços, 2016



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A ESTRATÉGIA MILITAR RUSSA – IMPACTO NA
DEFESA DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA.**

CMG M PAULO JORGE DA SILVA RIBEIRO

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2015/16

Orientador: CMG M José Carlos Miguel Picoito

Pedrouços, 2016



Declaração de compromisso Anti-plágio

Eu, Paulo Jorge da Silva Ribeiro, declaro por minha honra que o documento intitulado “ A Estratégia Militar Russa – Impacto na Defesa dos Países da União Europeia” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) 2015/2016 no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, 03 de maio de 2016

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

CMG M



Agradecimentos

Após a conclusão do presente trabalho de investigação, gostaria de realçar os valiosos contributos, reflexões e opiniões prestados por diversas pessoas a quem desejo prestar publicamente os meus sinceros agradecimentos.

Ao meu Orientador, CMG Miguel Picoito, o meu agradecimento pela sua pronta disponibilidade e sugestões veiculadas durante a orientação da investigação, sempre muito válidas e oportunas.

Ao Sr. General Valença Pinto, aos Srs. Vice-almirantes Reis Rodrigues, Lima Bacelar e Silva Ribeiro, ao Sr. Major-general Guerra Pereira, ao Sr. Professor Doutor Armando Marques Guedes, ao Sr. Tenente-coronel Proença Garcia, ao Sr. Contra-almirante Mitko Petev, Comandante das Forças Navais da República da Bulgária e ao Sr. Professor Doutor Peter Mattsson, *Senior Lecturer* do *Swedish National Defence College*, o meu muito obrigado pela pronta disponibilidade e colaboração. A douta visão, esclarecidas ideias e profundos conhecimentos, que comigo partilharam, contribuíram decisivamente para a credibilidade deste trabalho. Sem o contributo empenhado de Vossas Excelências, o trabalho não poderia alcançar o seu objetivo, nem seria realizado com a profundidade e informação necessária.

Ao Sr. Tenente-coronel Rui Vieira e ao Sr. Tenente-coronel Luís Escorrega, pela troca de ideias, partilha de saberes e propostas transmitidas sobre este tema, muito válidas e apropriadas.

Aos meus camaradas do CPOG, pela paciência que tiveram em me ouvir falar sobre este tema, e pelo apoio manifestado. Uma palavra especial ao COR Jesus Rodrigues, da República de Angola, pela sua opinião sobre o pensamento russo, fruto da sua experiência vivida, aos CMG AN Dias Gonçalves e CMG MN Luís Bronze, pela preciosa ajuda na correção do trabalho.

Finalmente, à minha família pelo apoio e compreensão.



Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento da investigação.....	6
1.1. Contexto.....	6
1.2. Base Concetual.....	6
1.3. Revisão da Bibliografia.	6
1.4. Metodologia da Investigação.	7
2. A Rússia.....	8
2.1. A Chegada de Putin ao Poder.....	8
2.2. O Início do Ressurgimento Russo.....	10
2.3. Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa.....	11
2.4. A Nova Estratégica de Segurança Nacional.	12
2.5. Síntese conclusiva.	14
3. A Estratégica Militar Russa.....	16
3.1. A Doutrina Militar Russa.....	16
3.1.1. A Nova Doutrina Militar.....	16
3.1.2. A Doutrina Marítima.....	18
3.2. A Revolução dos Assuntos Militares.....	19
3.2.1. Capacidades Militares.....	20
3.2.2. Processo de Decisão Centralizado.....	21
3.2.3. A Doutrina de Gerasimov.....	21
3.2.4. A Guerra Híbrida.....	24
3.3. Síntese Conclusiva.....	25
4. A NATO e a União Europeia.....	28
4.1. O Início de uma Nova Guerra-Fria?.....	28
4.2. A NATO.....	28
4.2.1. A Resposta da NATO.....	29
4.3. A União Europeia.....	30
4.3.1. A Estratégica de Segurança Europeia.....	31



4.3.2. A Resposta da União Europeia.....	32
4.4. Síntese Conclusiva.....	33
5. Os Países da União Europeia.....	35
5.1. Os Desafios à Segurança Europeia.....	35
5.1.1.1. A Alemanha.....	38
5.1.1.2. A Itália.....	39
5.2. Síntese Conclusiva.....	41
Conclusões.....	43
Bibliografia.....	48

Índice de Apêndices

Apêndice A - Conceitos.....	Apd A-1
Apêndice B - A Rússia. Enquadramento Histórico.....	Apd B-1
Apêndice C - Ações da Rússia na Geórgia, Crimeia e Ucrânia.....	Apd C-1
Apêndice D - A Política de Segurança e Defesa da UE.....	Apd D-1
Apêndice E - Os “Vizinhos” da Rússia.....	Apd E-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Taxa de Desemprego da Rússia.....	9
Figura 2 – Evolução do PIB <i>per capita</i> russo.....	9
Figura 3 – Evolução do PIB da Rússia 1990-2014 (bilhões de US\$).....	13
Figura 4 – Rússia - Gastos na Defesa 2000-2015 (em % do PIB).....	19
Figura 5 – Rússia – Gastos na Defesa 2000-2015 (em milhões US\$).....	20
Figura 6 – Rússia – Evolução efetivos militares 2001-2015 (em milhares).....	20
Figura 7 – Abordagem “tradicional” para a consecução de objetivos político-militares.....	23
Figura 8 – Abordagem adaptativa da utilização da força militar.....	23
Figura 9 – “Nova” abordagem para a consecução de objetivos político-militares.....	24
Figura 10 – Comparação de gastos com a defesa nos países da UE 2007-2014 (2007=100%).....	36
Figura 11 – Alemanha – Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB).....	38
Figura 12 – Alemanha – Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades).....	39
Figura 13 – Itália – Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB).....	40



Figura 14 – Itália - Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades).....	40
Figura 15 – A Península Europeia	Apd B-1
Figura 16 – Rússia – Acesso ao Mar	Apd B-2
Figura 17 – Polónia - Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB).....	Apd E-1
Figura 18 – Polónia – Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades)	Apd E-2
Figura 19 – Países Bálticos – Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB)	Apd E-3
Figura 20 – Países Bálticos – Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades).....Apd E-3
Figura 21 – Suécia e Finlândia – Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB) .	Apd E-4
Figura 22 – Suécia e Finlândia – Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades)..... Apd E-5

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Objetivos Específicos	3
Tabela 2 – Questão Central e Questões Derivadas	4
Tabela 3 – Relação dos documentos conceptuais da Federação Russa	12



Resumo

A atual postura agressiva da Rússia tem originado sentimentos diversos nos países da União Europeia. Tendo perdido a sua influência desde o colapso da União Soviética, a Rússia está disposta a usar todos os instrumentos do seu poder nacional, incluindo o militar, para recuperar o estatuto de superpotência mundial. A expansão da NATO e da União Europeia a Leste é vista como um obstáculo para a consecução deste objetivo.

Pretendeu-se com este estudo identificar os objetivos e as linhas de ação estratégicas russas, analisar a sua estratégia militar, as respostas da NATO e da União Europeia, e dos países desta última organização, face à estratégia militar russa. O estudo recorreu à bibliografia sobre esta temática, a artigos de opinião, e ainda a entrevistas e a inquéritos por questionário, a académicos e a militares especialistas nesta matéria.

Da investigação realizada, concluiu-se que, o grande impacto na defesa dos países da União Europeia, face à estratégia militar russa, é a necessidade desses países reforçarem a sua capacidade militar de forma credível, e fomentarem uma maior cooperação entre eles e entre a organização a que pertencem e a NATO. Simultaneamente, haverá que convencer a Rússia que ninguém, do Ocidente, quer “entrar” em Moscovo.

Palavras-chave

Defesa, Estratégia Militar, Impacto, Linhas de Ação Estratégica, NATO, Objetivos Militares, Objetivos Políticos, Poder, Rússia, União Europeia.



Abstract

The current Russian's aggressive stance, has led to different feelings in the European Union countries. Having lost its influence since the collapse of the Soviet Union, Russia is ready to use all instruments of its national power, military included, to regain superpower status. The expansion of NATO and European Union to the East, is seen as an obstacle to achieving this goal.

The aim of this study is to identify the Russian's objectives and its strategic lines of action, to analyze its military strategy, the responses of NATO and the European Union, and the countries of the latter organization, given the Russian military strategy. The study turned to the literature on this subject, opinion articles, and also to interviews and questionnaire surveys to academics and military experts in this field.

Of the research, it was concluded that the major impact on the European Union countries' defence, in response to Russian military strategy, is the need for these countries to strengthen their military capabilities in a credible way, and foster greater cooperation between them, and between the organization to which they belong and NATO. Simultaneously, there will be to convince Russia that nobody in the West wants to "step into" Moscow.

Keywords

Defence, Military Strategy, Impact, Strategic Lines of Action, NATO, Military Objectives, Political Objectives, Power, Russia, European Union.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A2/AD	<i>Anti-Acess and Area Denial</i>
ADM	<i>Adaptation Measures</i>
AIE	Agência Internacional da Energia
ASM	<i>Assurance Measures</i>
BPA	<i>Berlin Plus Arrangements</i>
CEI	Comunidade de Estados Independentes
CEP	Cooperação Estruturada Permanente
CSDP	<i>Common Security and Defence Policy</i>
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DAESH	<i>Dawlatul Islamiya Fi Iraq Al-Sham</i>
DIME	<i>Diplomacy, Information, Military, Economic</i>
DIMEFIL	<i>Diplomacy, Information, Military, Economic, Finance, Intelligence, Legislation</i>
DPC	<i>Defence Planning Committee</i>
EDA	<i>European Defence Agency</i>
ESDI	<i>European Security and Defence Identity</i>
ESDP	<i>European Security and Defence Policy</i>
ESE	Estratégia de Segurança Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FFAA	Forças Armadas
FPRI	<i>Foreign Policy Research Institute</i>
FR	Federação Russa
FSB	Serviço Federal de Segurança da Federação Russa
HIP	Hipótese
HRMH	<i>High Readiness Multinational Headquarters</i>
IDSA	<i>Institute for Defence Studies and Analyses</i>
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IISS	<i>International Institute for Strategic Studies</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
KGB	Comité de Segurança do Estado
MCNH	<i>Multinational Corps Northeast Headquarters</i>
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NCDD	<i>National Centre for Direction of the Defence of the Russian Federation</i>



NDC	<i>Nordic Defence Cooperation</i>
NEP	Normas de Execução Permanente
NRC	<i>NATO Russia Council</i>
NRF	<i>NATO Response Force</i>
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE	Objetivo específico
OG	Objetivo geral
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RAP	<i>Readiness Action Plan</i>
SACEUR	<i>Supreme Allied Commander Europe</i>
SIPRI	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
SNMCMG	<i>Standing NATO Mine Counter-Measures Group</i>
SNMG	<i>Standing NATO Maritime Group</i>
TII	Trabalho de Investigação Individual
UE	União Europeia
VJTF	<i>Very High Readiness Joint Task Force</i>



Introdução

Com o final da Guerra Fria, ficou a percepção que a Rússia não teria a capacidade, nem o ânimo, para criar um problema para a segurança e defesa na Europa. Contudo, este sentimento não era partilhado pelos países do Leste europeu, designadamente pelos países que pertenceram ao ex-Pacto de Varsóvia e à ex-União Soviética (URSS), que não viam do mesmo modo a fraqueza da Rússia. Nesse sentido “apressaram-se” a procurar refúgio dentro do único mecanismo existente à data – a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) – que lhes dava a garantia de não voltarem a ficar reféns da influência da Rússia, sabendo que esta estava fraca e debilitada, mas que mais tarde ou mais cedo, haveria de (res)surgir como potência na cena internacional, e dessa forma condicionar o destino desses países. Nesse sentido, a Polónia, República Checa e Hungria (em 1999), a Bulgária, Roménia, Eslováquia, Eslovénia e os países Bálticos - Letónia, Lituânia e Estónia - (em 2004) e a Albânia e a Croácia (em 2009), aderiram à Aliança Atlântica. Por outro lado, estes países viram no âmbito da União Europeia (UE) a possibilidade de impulsionarem a sua economia, e por essa via, proporcionar um maior bem-estar das suas populações. Foi então sem surpresa que, em 2004, os países Bálticos, Polónia, República Checa, Hungria, Eslováquia, Eslovénia, Malta e Chipre, aderiam à UE, aos quais de juntaram, em 2007, a Roménia e a Bulgária, e em 2013, a Croácia. As Repúblicas da ex-URSS, Ucrânia e Geórgia, embora desejosas, não foram a tempo de entrar na NATO e com menos interesse e convicção, Azerbaijão, Arménia e Bielorrússia, não expressaram essa intenção.

A Federação Russa (FR) tem passado por diversas etapas no tempo pós-guerra fria. Com sentimento de humilhação por parte do Ocidente, mas enfraquecida e incapaz de se fazer sentir relevante na cena internacional, durante a década de 90 do século passado; ressurgimento na primeira parte da primeira década do século XXI, associado ao crescimento e fortalecimento do nacionalismo russo, mostrando ao mundo as suas capacidades com a intervenção militar na Geórgia em 2008; e ameaçadora com a anexação da Crimeia em 2014 e apoio aos grupos separatistas no leste da Ucrânia. Esta tentativa de reafirmação estratégica da Rússia nos espaços europeus tem causado preocupação nos países da UE.

Justificação do tema

O estudo deste tema revela-se de uma importância acrescida para o ambiente de segurança estratégica no espaço europeu. Esta investigação torna-se mais relevante, considerando a postura que a Rússia vem adotando nos últimos anos, através de uma tentativa de reafirmação estratégica, procurando uma maior intervenção como ator global, de confirmado e efetivo poder militar. As ações militares levadas a cabo na Geórgia em



2008, a anexação da Crimeia em 2014 e a continuada destabilização no Leste da Ucrânia desde 2014, tem mostrado esta realidade. Esta postura tem originado reações por parte da NATO e da UE, e nos países pertencentes as estas duas organizações, que na grande parte coincidem em ambas, cujas consequências importa analisar, na possível extensão, face às delimitações impostas.

Objeto da investigação

Qual é o impacto na política de defesa dos países da UE, face aos objetivos políticos e principais linhas de orientação estratégia da FR. Procurar-se-á avaliar o impacto das políticas de defesa levadas a cabo pelos países da UE, relacionadas com a evolução da estratégia militar russa.

Face à abrangência do tema, esta investigação será delimitada ao tempo decorrido desde a subida ao poder de Vladimir Putin como Presidente (2000). No entanto o estudo não deixará de abordar, de forma menos aprofundada, o comportamento russo antes de 2000 por forma a enquadrar as principais linhas de orientação estratégica russa.

O estudo será também delimitado no espaço, na medida que irá ser analisada a envolvente entre as fronteiras ocidentais russas e os países europeus adjacentes, avaliando o seu comportamento e perceção de ameaça. Para melhor apreciação da perceção da ameaça dentro dos vários países da UE, foram estudadas as políticas de defesa de alguns países, que não possuem fronteiras naturais com a Rússia.

Quanto ao conteúdo, a investigação será delimitada à análise das perceções de ameaça, decorrentes da estratégia militar russa, dentro dos países da UE, suas diferenças e eventuais implicações.

Objetivos da investigação

O objetivo geral (OG) é o de analisar a atual estratégia militar da FR, em que contexto ela é desenvolvida, e avaliar o impacto decorrente dessa estratégia no setor da defesa dos países da UE.

Por forma a atingir o OG foram estabelecidos os objetivos específicos (OE), descritos na tabela 1.



Tabela 1 – Objetivos Específicos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS (OE)	
OE1	<ul style="list-style-type: none">• Identificar os objetivos políticos e as principais linhas de orientação estratégica da Rússia no contexto europeu;
OE2	<ul style="list-style-type: none">• Estabelecer e analisar o nexo de causalidade entre a estratégia militar russa, os objetivos políticos e estratégicos da UE e da NATO e a decorrente estratégia militar destas organizações;
OE3	<ul style="list-style-type: none">• Analisar a atual postura da NATO e da União Europeia, e quais as políticas e estratégias de defesa relativamente à estratégia militar Russa;
OE4	<ul style="list-style-type: none">• Avaliar o impacto nas políticas e estratégias de defesa nos países da UE, através de uma análise da perceção de ameaça desses países, decorrente da estratégia militar russa.

Fonte: (Autor, 2016)

Questões da investigação e hipóteses

Conforme consta na tabela 2, e no seguimento do estabelecimento do OG e dos OE, foi deduzida uma Questão Central (QC), da qual decorrem quatro Questões Derivadas (QD), e as concomitantes Hipóteses (HIP) de investigação, tendo-se, através de uma metodologia hipotético-dedutiva, procurado proceder à sua validação.



Tabela 2 – Questão Central e Questões Derivadas

QUESTÃO CENTRAL (QC) E QUESTÕES DERIVADAS (QD)	
QC	Qual é o impacto do ressurgimento da Federação Russa como ator de relevo no plano internacional, na defesa dos países da UE, face a diferentes níveis de proximidade geográfica, considerando os recentes acontecimentos e a mudança de atitude refletida na estratégia militar Russa?
QD1	Quais são os objetivos políticos e as principais linhas de orientação estratégia da Rússia face à sua percepção de ameaça dos países da NATO e da União Europeia?
HIP1	Os objetivos políticos da Federação Russa vão no sentido de afirmar o país como ator de relevância global, de garantir a integridade do seu território, a segurança do Estado e dos seus cidadãos, através da garantia de uma zona de segurança externa às suas fronteiras, mantendo a sua influência política nos países que consigo fizeram parte da ex-URSS, tendo como grandes linhas de orientação estratégica o uso de todos os instrumentos à sua disposição para proteção dos seus interesses estratégicos e face à sua percepção de ameaça que emana da expansão da NATO e da UE aos países que pertenceram ao ex-Pacto de Varsóvia e da decorrente aproximação das fronteiras dessas organizações às suas próprias fronteiras.
QD2	Em que medida a estratégia militar russa cumpre com a formulação política e orientação estratégica de conceção da Federação Russa, face às ameaças percecionadas resultantes das políticas e das diversas estratégias da UE e da NATO, em particular da estratégia militar?
HIP2	A estratégia militar russa engloba os meios, a organização e métodos de emprego das suas Forças Armadas, a serem utilizadas, quando as ações não-militares tenham sido esgotadas, no sentido de proteger os seus interesses nacionais face à percepção de ameaça causada pela expansão da NATO às suas fronteiras e à intromissão Ocidental nos assuntos internos dos países que considera estarem incluídos na sua esfera de influência. Sabendo que está em inferioridade numérica em possível confronto com a NATO, a Rússia ameaça com a sua capacidade nuclear e aposta no uso de instrumentos de guerra híbrida, criando ambiguidade e imprevisibilidade de intenções, tentando desestabilizar a NATO e a EU, para criar brechas no eixo transatlântico.
QD3	Qual é a postura da NATO e da UE, e quais as suas políticas de defesa face à atual estratégia militar russa?
HIP3	A postura da NATO continuará a pugnar pela garantia da defesa coletiva dos seus aliados, tendo como responsabilidade principal garantir a proteção e defesa dos territórios aliados e respetivas populações contra qualquer tipo de ataque. A UE através da sua <i>Common Security and Defence Policy</i> (CSDP) assume-se como aliança defensiva mas de forma menos incisiva do que a NATO, deixando para esta, as missões que requeiram o “ <i>hard power</i> ”.
QD4	Em que medida as políticas e estratégias de defesa militar dos países da UE têm vindo a ser planeadas e desenvolvidas para dissuasão da atual estratégia militar da Federação Russa e em como o fator proximidade geográfica as pode influenciar?
HIP4	As políticas e estratégias de defesa dos países da UE variam entre a necessidade de reforço da capacidade militar dissuasora, conforme a sua proximidade geográfica às fronteiras da Federação Russa e dos efeitos que a estratégia militar russa possa determinar a sua percepção de ameaça. Nos países, em que a percepção de ameaça é mais baixa e o afastamento geográfico é maior, o seu empenhamento operacional e os investimentos na área da defesa têm sido reduzidos. A inoperância da UE e a desvalorização da ameaça russa por parte de alguns membros da NATO pode originar o aparecimento de possíveis alianças regionais por parte dos países nos quais a percepção de ameaça é superior.

Fonte: (Autor, 2016)



Organização do estudo

O estudo será organizado em conformidade com o estabelecido nas normas em vigor no Instituto Universitário Militar (IUM), para a realização e apresentação de trabalhos de investigação (NEP / ACA – 010 IESM e NEP / ACA – 018 IESM, 2015).

O trabalho terá a seguinte organização: introdução, um capítulo dedicado ao enquadramento da investigação, contexto e conceitos, e uma síntese da metodologia seguida na investigação, quatro capítulos relativos a cada um dos objetivos específicos e conclusões.

Síntese da Metodologia da Investigação

O trabalho assentou numa estratégia de natureza qualitativa e utilizou-se a abordagem hipotético-dedutiva do “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (Quivy & Campenhoudt, 2013).

O percurso metodológico iniciou-se com a elaboração das questões de pesquisa e respetivas HIP, fruto de pesquisa bibliográfica inicial e de entrevistas exploratórias.

Após a formulação da QC, foi decidido organizar o trabalho em torno de quatro QD, dando, deste modo, uma lógica diretora à investigação. Desta forma, foram propostas quatro HIP de investigação (cada uma associada a uma QD), através das quais se pretende confinar, não só a observação da teoria existente sobre os conceitos do presente trabalho, como também a recolha de dados e respetiva análise.

No final, esperava-se, através da validação, ou não, das HIP de investigação, dar resposta às QD, e consequentemente, responder à QC (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 119 e seguintes).



1. Enquadramento da investigação

1.1. Contexto

Este trabalho é realizado no contexto da geopolítica, através da análise da dinâmica de poderes, como eles são exercidos e que daí se extraem os objetivos políticos da Rússia e as suas grandes linhas de orientação estratégica. Decorrente desses objetivos o estudo irá focar-se na estratégia militar, e nas suas componentes estrutural, genética, e operacional, como forma de atuação da Rússia no emprego do seu aparelho militar, para a consecução dos seus objetivos militares que concorrem para os seus objetivos políticos. Em face desta estratégia militar russa, será analisado quais as medidas que a NATO e a UE desenvolvem para fazer face a esta ameaça, avaliando quais as implicações que daí advém para os países da UE, em matéria de defesa.

Nesse sentido, o presente estudo propõe-se analisar a estratégia militar russa englobada na nova Estratégia de Segurança Nacional Russa (Putin, 2015), e na sua Doutrina Militar (Putin, 2014), a política de defesa da Aliança Atlântica incluída do Conceito Estratégico da NATO no âmbito das suas tarefas essenciais de defesa coletiva, gestão de crises e segurança cooperativa, e na relevância da Aliança como principal fonte de estabilidade num mundo imprevisível (FPRI, 2016), (NATO, 2014), e a política de defesa e segurança da UE consubstanciada na *Common Security and Defence Policy* (CSDP), com as alterações emanadas no Tratado de Lisboa (União Europeia, 2007) onde os países da UE definiram a sua atuação perante ameaças à segurança na Europa.

Este trabalho analisará, ainda, os conceitos estratégicos de defesa dos países da UE, com ênfase para o estudo focado na área da defesa militar de um grupo de países selecionados, para aferição da sua sensibilidade e perceção decorrente da estratégia militar russa.

1.2. Base Concetual

O presente trabalho irá procurar realizar a análise do contexto europeu no âmbito da componente militar. Para esse efeito serão abordados os conceitos, apresentados no Apêndice A.

1.3. Revisão da Bibliografia

Com este processo, pretendeu-se identificar o suporte bibliográfico relevante, no sentido direcionar o presente trabalho. Sobre esta temática, e considerando a relevância subjacente à segurança e defesa do espaço europeu, e à atualidade do assunto, após quase duas décadas de estabilidade e prosperidade, sem aparentes ameaças no seu território, existem inúmeros artigos de opinião de individualidades de reconhecido mérito, nacionais e



estrangeiras, sejam políticos, militares ou académicos. A par disto, existem diversos livros, publicados recentemente, assim como *research papers*, *policy papers*, painéis e debates que contaram com a presença de governantes, embaixadores e militares de vários países da NATO, da UE e também de outros países, incluindo da Rússia, publicados por várias instituições de renome, ligadas ao estudo e investigação dos assuntos de defesa e segurança, tais como: IUM, Instituto de Defesa Nacional, NATO *Defense College*, *International Institute for Strategic Studies*, *Russian International Affairs Council*, entre outros.

1.4. Metodologia da Investigação

O trabalho teve como normas orientadoras do IUM, assentou numa estratégia de natureza qualitativa e utilizou a abordagem hipotético-dedutiva do “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (Quivy & Campenhoudt, 2013). Na referenciação bibliográfica foi adotado o estilo Harvard – Anglia, utilizando as facilidades de referenciação do Microsoft Word 2013.

O percurso metodológico iniciou-se com a elaboração das questões de pesquisa e respetivas hipóteses, fruto de pesquisa bibliográfica inicial e de entrevistas exploratórias.

A recolha de dados foi conduzida através da bibliografia relevante sobre esta matéria, complementada pela revisão de documentos de análise a essa mesma bibliografia, de visualização de debates e painéis, patrocinados por instituições internacionais de relevo, e que contaram com a presença de diversas entidades de renome internacional, quer de países e organizações ocidentais, quer da Rússia. Foram, também, realizadas entrevistas semiestruturadas junto de especialistas sobre esta matéria, nomeadamente a académicos e a oficiais dos três Ramos das FFAA, e a especialistas internacionais com conhecimento sobre este tema, com vista a recolher elementos para a análise baseada no método hipotético-dedutivo que permitisse dar resposta à questão central do trabalho, dos quais destacam-se o General Valença Pinto, os Vice-almirantes Reis Rodrigues, Lima Bacelar e Silva Ribeiro, o Major-general Guerra Pereira, o Professor Doutor Armando Marques Guedes, o Tenente-coronel Proença Garcia, o Contra-almirante Mitko Petev, Comandante das Forças Navais da República da Bulgária e o Professor Doutor Peter Mattsson, *Senior Lecturer* do *Swedish National Defence College*. Para efeitos da realização das entrevistas, foram colocadas perguntas abertas, essencialmente para auscultar a opinião dos entrevistados. No que respeita aos especialistas estrangeiros, por impossibilidade de contacto presencial, foi utilizado um inquérito por questionário, através de correio eletrónico.



2. A Rússia

Para melhor compreender os objetivos políticos e as grandes linhas de orientação estratégica da Rússia, no Apêndice B encontra-se descrito um enquadramento histórico, desde que oficialmente foi considerado o início do Império Russo, no reinado de Pedro I, o Grande, até à ascensão ao poder de Vladimir Putin, em 2000.

Neste capítulo irá ser tratado os efeitos da liderança de Putin, o início do ressurgimento russo na cena internacional, quais os objetivos políticos russos, e quais as principais linhas de orientação estratégias para a consecução dos referidos objetivos.

2.1. A Chegada de Putin ao Poder

Vladimir Vladimorovitch Putin nasceu em São Petersburgo, na altura Leningrado, em 7 de outubro de 1952, no seio de uma família humilde. De raciocínio lesto e memória forte, irreverente e indisciplinado, são os traços de Putin na sua infância. Por outro lado, demonstra uma personalidade reservada e por diversas vezes é apelidado de uma “pessoa sem história” que passava despercebido (Pinto, 2015).

Após a queda do muro de Berlim, Putin viu as suas funções perderem a relevância do passado. Regressando a São Petersburgo em 1990, torna-se conselheiro do Presidente da Câmara dessa cidade. Contudo, as suas ambições políticas levaram-no a Moscovo em 1996, e dois anos depois é-lhe atribuída a tarefa de reorganizar o Comité de Segurança do Estado (KGB), fazendo a transição para o Serviço Federal de Segurança da Federação Russa (FSB), que passou a chefiar até março de 1999 (Pinto, 2015), altura que Ieltsin nomeia-o 1º ministro. Nessa qualidade, lidera diretamente as operações no Daguestão e na Chechénia, tendo conseguido esmagar a revolta dos guerrilheiros separatistas, dando-lhe um crédito acrescido aos olhos do povo russo. No final desse ano, Ieltsin demite-se inesperadamente, apontando Putin para o substituir interinamente, e agendando eleições presidenciais para março do ano seguinte. Putin ganha essas eleições com 53% dos votos e toma posse em 7 de maio de 2000. Neste primeiro mandato, fortalece o seu domínio internamente, criando mecanismos no sentido de concentrar todo o poder no Kremlin (Milhazes, 2016). Este período coincide com uma inversão na economia do país, que decorre de uma boa gestão macroeconómica, com várias reformas no aparelho do Estado, e com uma maior aproximação ao mercado europeu, apesar de relações tensas com alguns países europeus, face ao apoio expresso aos Estados Unidos da América (EUA) na invasão do Iraque, à qual Putin se opunha. Estes fatores associados a um considerável aumento do preço do petróleo contribuíram para que, entre 2000 e 2008, o PIB tivesse aumentado 72%, o desemprego e a pobreza descido para metade, e os salários mais que triplicassem (Anders Aslund, 2010).

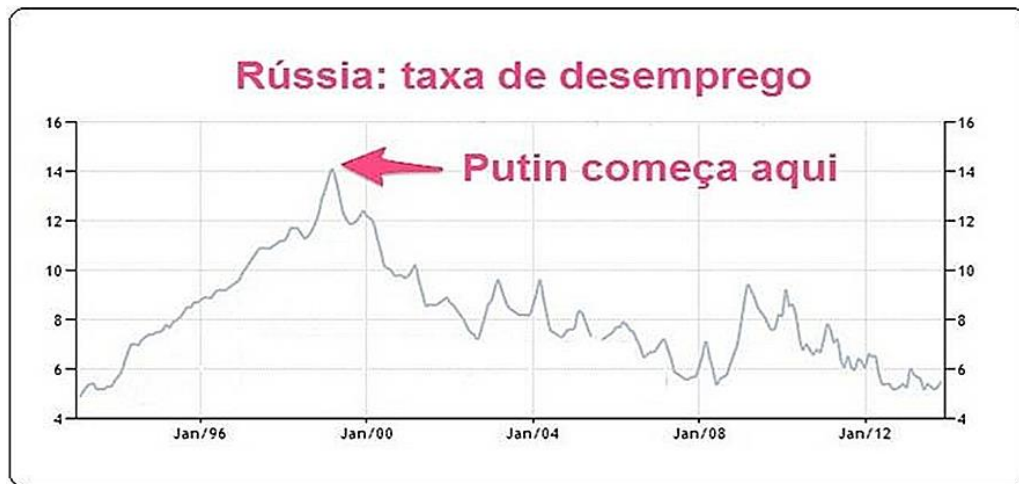


Figura 1 – Taxa de Desemprego da Rússia

Fonte: (Calcolato, 2015)

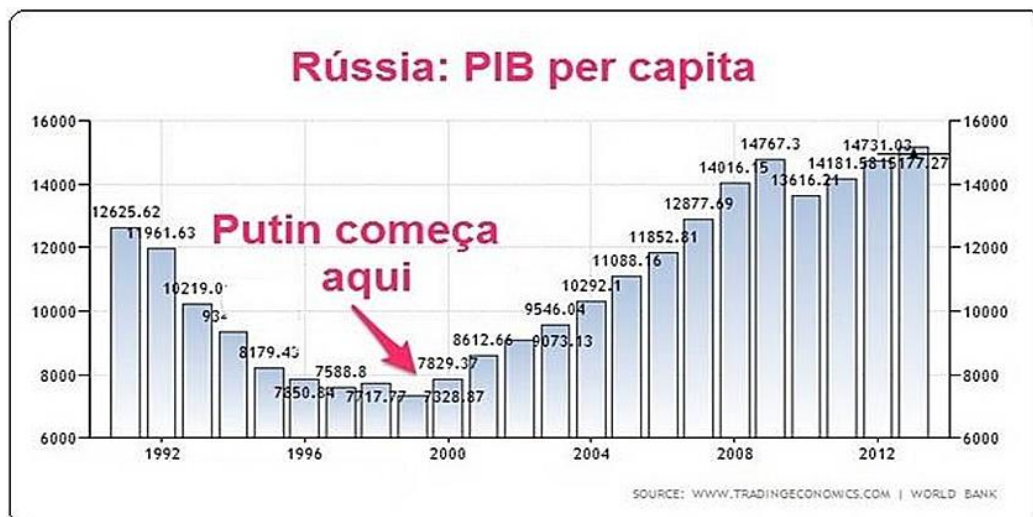


Figura 2 – Evolução do PIB per capita russo

Fonte: (Calcolato, 2015).

Os russos experimentavam uma prosperidade que há muito não sentiam, a popularidade de Putin estava em alta, apesar da expectável desaprovação pública em relação ao modo como lidou com a situação ocorrida, em 2002, no teatro de *Dubrovka* em Moscovo, onde morreram cerca de 130 reféns. Em 2004 Putin foi reeleito com 71% dos votos, dando uma clara imagem da aceitação da sua governação.

Tendo conseguido estabilizar internamente o país, Putin começou a lidar com a situação externa. Do seu ponto de vista, a Rússia está vulnerável, apesar de governar o maior país do mundo, mas com uma baixa densidade populacional, com muito poucas fronteiras naturais, tais como grandes rios ou grandes cordilheiras montanhosas, que o possam



defender. No passado, a Rússia foi invadida por diversas vezes, não só por Napoleão e por Hitler, mas também por suecos, lituanos e polacos. Por isso, a vontade de esculpir zonas tampão, que de certo modo possam substituir as tais fronteiras naturais não existentes, é algo que é perfeitamente natural para o Kremlin. Podemos no Ocidente ficar incomodados com aquilo que Putin tem vindo a fazer na Ucrânia, mas temos de entender que existe uma lógica territorial russa que tem fundamento na sua história (Stratfor, 2014). Do ponto de vista dos russos, tudo aquilo que Putin tem vindo a fazer é lógico. A sua ação não diverge daquela que foi realizada no passado por outros líderes, no sentido de fortalecer o país, internamente numa fase inicial, e depois criando os chamados estados tampão, para defesa em profundidade, indo mais longe e projetando a sua influência, isolando geograficamente a Rússia, no sentido de impedir que possa ser afetada na sua ação por outras potências (Stratfor, 2014).

Este pensamento de defesa em profundidade é algo que continua na mente dos líderes russos. Putin pensa muito na velha Europa do século XIX, ele próprio, em 2004, lembrou que Alexandre III referia: “A Rússia só tem dois aliados: o Exército e a Armada” (Pinto, 2015).

2.2. O Início do Ressurgimento Russo

No seu discurso durante a “*Munich Security Conference*” em 2007, Putin referiu que o sistema unipolar que está a ser liderado pelos EUA é inaceitável, do ponto de vista económico, social e cultural no mundo atual. Referiu também que o Ocidente tenta dar lições de democracia à Rússia, quando ele próprio não aprende com os erros cometidos nas ações unilaterais que tomou, designadamente, na Sérvia, no Iraque e no Afeganistão. Tudo isto serviu apenas para incrementar a violência, o extremismo e a instabilidade de segurança global (Conference, 2007). A expansão da NATO a Leste é vista, não como uma forma de modernização da Aliança, ou sequer para garantir a segurança na Europa, pelo contrário, representa uma séria ameaça e provocação à Rússia. Assim sendo, a Rússia considera que tem todo o direito de questionar contra quem é que esta expansão se destina, e o que é que aconteceu com as garantias dadas pelo Ocidente após a dissolução de Pacto de Varsóvia (Conference, 2007). Nessa conferência realçou que os seus parceiros, frequentemente apelam para que a Rússia assuma um papel cada vez mais ativo na cena internacional, e é isso que tenciona fazer, considerando que a Rússia é um país com uma história milenar e que sempre atuou de forma independente, tendo a noção das suas oportunidades e do seu potencial (Conference, 2007).



Como descrito no Apêndice B, Moscovo dá particular importância à ligação Mar Báltico - Mar Negro, onde se faz a fronteira entre a península europeia e massa terrestre euroasiática. O acesso às baías marítimas é algo que está implicitamente ligado com a sua necessidade de se afirmar na cena internacional. O seu acesso ao Atlântico Norte, pelo Mar Báltico, está condicionado pela influência de nações pertencentes à NATO e à UE, para além de considerar que a fragilidade do enclave de Kaliningrado limita as suas opções estratégicas. No Mar Negro, a tentativa do Ocidente retirar a Ucrânia da sua área de influência, desencadeou a perceção que o seu acesso ao Mediterrâneo estaria em causa, pela possibilidade da sua esquadra perder o usufruto da Base de Sebastopol. Esta situação está intimamente ligada com a intervenção russa na Crimeia. O pretexto utilizado foi o de preservar a segurança da população de etnia russa aí residente, mas acima de tudo, o principal objetivo, foi o de manter o seu potencial naval na região, a qual, para além de estrategicamente importante para travar a expansão da NATO, é possuidora de vastos recursos energéticos (Petev, 2016).

A guerra na Geórgia marcou o início do ressurgimento russo, a que se seguiu a anexação da Crimeia e ações no Leste da Ucrânia, mostrando uma Rússia pronta para se impor na cena internacional, criando apreensão nos seus vizinhos, e surpresa no mundo. Uma análise mais profunda destes três eventos encontra-se descrita no Apêndice C.

2.3. Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa

Cada Estado tem os seus interesses específicos, e neste caso a Rússia não é exceção. A conversão dos interesses em objetivos nacionais é realizada ao mais alto nível de tomada de decisão, a Política ou Grande Estratégia (ou Estratégia Total), que no caso da FR se consubstancia na sua Estratégia de Segurança Nacional (Haas, 2011, p. 2). Este documento serve como chave de planeamento estratégico que estabelece os seus interesses nacionais e prioridades estratégicas, os objetivos internos e de política externa, e as metas e medidas direcionadas para fortalecer a segurança nacional. Nesse sentido, identifica os instrumentos do poder nacional russo para concretização dos seus interesses nacionais: *Diplomacy, Information, Military, Economic, Finance, Intelligence, Legislation* (DIMEFIL) (Putin, 2009).

Desde o final da guerra-fria, Moscovo aprovou quatro documentos estruturantes relativos à sua segurança nacional: em 1997, 2000, 2009 e em 2015. Estes documentos serviram de guia para outros documentos estratégicos, com destaque para os relativos à doutrina militar e marítima. Na tabela abaixo está indicado o historial dos documentos estratégicos aprovados pelo Kremlin.



Tabela 3 – Relação dos documentos conceptuais da Federação Russa

ANO	DOCUMENTO
1993	Disposições Básicas da Doutrina Militar
1997	Conceito de Segurança Nacional
2000	Conceito de Política Externa
2000	Conceito de Segurança Nacional
2000	Doutrina Militar
2001	Doutrina Marítima
2008	Conceito de Política Externa
2009	Segurança Nacional da Federação Russa até 2020
2010	Doutrina Militar
2014	Doutrina Militar
2015	Doutrina Marítima
2015	Nova Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa

Fonte: (ISDA, s.d.) adaptado pelo autor.

2.4. A Nova Estratégica de Segurança Nacional

Em 31 de dezembro de 2015, Putin promulgou a nova Estratégia de Segurança Nacional da FR. Este novo documento, é acima de tudo uma atualização da Estratégia de Segurança Nacional para 2020, aprovada em maio de 2009.

Neste documento pela primeira vez desde o final da guerra-fria, a Rússia classifica abertamente, os EUA e a NATO como sérias ameaças à sua segurança nacional, considerando que os esforços por eles desempenhados, no sentido de manter o domínio dos assuntos globais, provoca o aumento da pressão política, económica, militar e informacional sobre a Rússia (Lantier, 2016). O documento alude a ações específicas da NATO, como a sua interferência e patrocínio no “golpe de estado” na Ucrânia, em fevereiro de 2014, a expansão da Aliança e a instalação de infraestruturas militares junto da suas fronteiras, considerando-as ameaças à segurança nacional russa (Lantier, 2016). Com a publicação deste documento, fica o aviso que preparativos para um conflito entre a NATO e a Rússia, estão a avançar. Uma ameaça à segurança nacional é algo tão sério, que um Estado está preparado para fazer uso da sua força militar para a suprimir, e neste contexto a Rússia refere que se reserva no direito de usar meios militares se outras medidas para proteção dos seus interesses nacionais falharem. A Rússia reconhece que as suas relações com a NATO, e em particular com os EUA, estão a entrar em colapso, e que as políticas levadas a cabo nos últimos dois anos podem significar que a ocorrência de um conflito armado assuma uma forte possibilidade (Lantier, 2016).



A NATO é então descrita como uma ameaça devido à expansão de infraestruturas militares junto das suas fronteiras, facto que, no conceito de 2009 era considerado como uma preocupação (Oliker, 2016). Para além disso, considera que a NATO ao assumir responsabilidades globais condiciona a posição da Rússia no palco internacional. Esta situação afeta seriamente um dos principais objetivos políticos russos, que é de recuperar o estatuto como uma superpotência num mundo multipolar emergente. Por outro lado, a UE também é vista como uma ameaça devido ao seu poder económico e financeiro, que poderá dificultar o uso dos instrumentos não militares russos (Petev, 2016).

Neste documento, a Rússia conclui que a NATO procura derrubar o governo russo através do modelo das “revoluções coloridas” que foi aplicado na Geórgia e na Ucrânia, originando mudanças para regimes pró-ocidentais, enumerando grupos radicais usando ideologias extremistas, Organizações Não Governamentais (ONG) estrangeiras, assim como pessoas individuais, que apelida de “cidadãos privados”, como potenciais ameaças à segurança interna e à integridade territorial.

Com Moscovo temendo o pior, o documento advoga uma estratégia para tentar manter boas relações com as potências ocidentais, enquanto mantém confiança na sua força militar para dissuadir eventuais ataques da NATO, incluindo o seu arsenal nuclear (Lantier, 2016). Outra grande preocupação russa é a questão da sua economia. Um dos seus objetivos nacionais, passa por aumentar o seu PIB para um dos mais elevados do mundo, incrementando a competitividade e o prestígio internacional da Rússia.

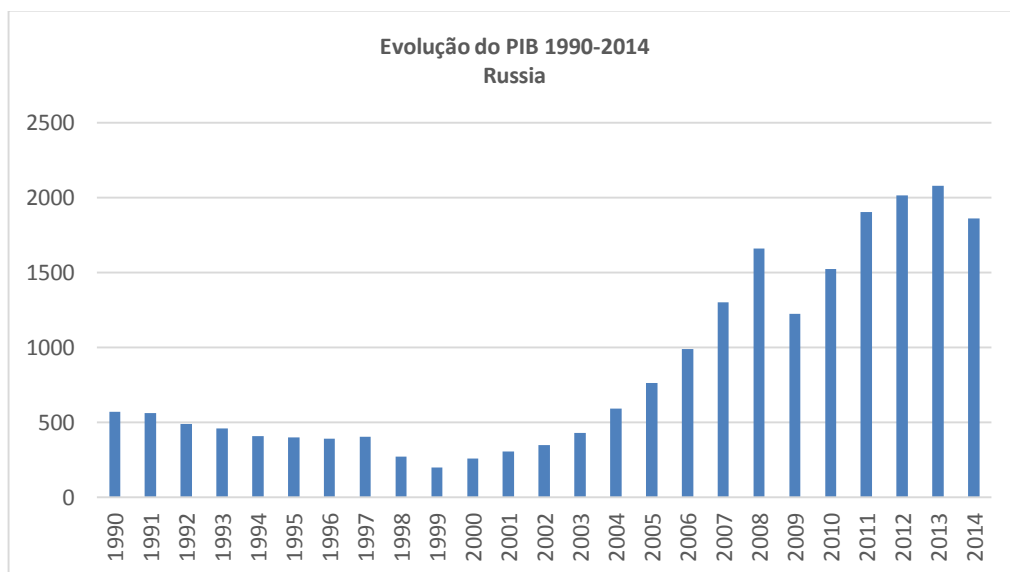


Figura 3 – Evolução do PIB da Rússia 1990-2014 (bilhões de US\$)

Fonte: (SIPRI, 2016), adaptado pelo autor



Para esse efeito, tenciona participar ativamente em organizações internacionais e em outras parcerias. As organizações regionais são particularmente importantes, tais como a *Shanghai Cooperation Organization* (SCO) e a Comunidade de Estados Independentes (CEI), assim como as relações bilaterais, designadamente com a China e a Índia. A cooperação com os EUA e com a UE não é excluída, e poderá mesmo ser necessária, mas depende do respeito que demonstrarem pelos interesses russos (Oliker, 2016). A sua segurança nacional passa, acima de tudo, pela economia, saúde e ordem social. Com a atual crise, quer devido às sanções decretadas, quer às quebras do preço do petróleo, o país está em risco, uma vez que tal contexto irá provocar um atraso no desenvolvimento de novas tecnologias, a vulnerabilidade do sistema financeiro, um desequilíbrio do sistema orçamental e o fortalecimento da economia paralela, condições que, normalmente, levam à corrupção e a atividades criminosas, e a um desenvolvimento desigual das regiões (Galeotti, 2016).

2.5. Síntese conclusiva

A Rússia encontra-se numa encruzilhada como “herdeira” do Império Russo e da URSS. Quando colapsou a URSS, a Rússia perdeu influência na cena internacional, inclusive nas suas imediações, assistindo, sem capacidade de reação, à adesão à NATO dos países com os quais tinha relações privilegiadas. Como se não bastasse estar enfraquecida económica, social e militarmente, estava, ainda, a ser “sufocada” pelo Ocidente.

Com a chegada de Putin ao poder, iniciou-se um novo ciclo. Através de reformas realizadas no aparelho do Estado, e aproveitando os seus recursos energéticos, dos quais o Ocidente estava ávido, conjugando este facto com os altos preços do petróleo, foi-lhe possível desenvolver a sua economia. Esse desenvolvimento permitiu, não só proporcionar aos russos melhores níveis de bem-estar, e deste modo ganhar o seu apoio, mas também melhorar as capacidades militares das FFAA russas. Deste modo, a Rússia passou a deter dois instrumentos que poderia usar para recuperar o seu estatuto mundial. Tanto um como outro foram usados para impedir que a NATO se aproximasse mais às suas fronteiras, designadamente na Geórgia e na Ucrânia. Usando o seu poder económico como forma de coação “soft”, ameaçando-os não lhes fornecer os recursos que necessitavam, ou aumentar os respetivos preços, forçando-os a fazer o que pretendia, e no caso de não surtir efeito, ameaçando-os com o uso do seu poder militar.

O derradeiro objetivo político da Rússia é recuperar o estatuto do país como superpotência no mundo multipolar emergente, e para que isso seja possível precisa de manter influência nos países que consigo fazem fronteira, mantendo-os fora da esfera



ocidental. Para esse efeito, a Rússia, para além dos instrumentos económicos, financeiros e militares, está disposta a usar todos os outros instrumentos do espectro DIMEFIL, para a consecução dos seus objetivos. A NATO, liderada pelos EUA, é vista como principal ameaça à consecução do seu objetivo prioritário, através da sua política de alargamento e no assumir de responsabilidades globais que impõem à Rússia, condições desfavoráveis na sua tentativa de afirmação global. A UE também é vista como uma ameaça, considerando o seu poder económico e financeiro, que reduz a eficácia dos meios não militares russos.

Nesse sentido, a concretização deste objetivo determina as ações estratégicas russas perante os diferentes “teatros” prioritários. Consolidando a sua posição na Crimeia e, possivelmente, nas regiões do Leste da Ucrânia, com o objetivo de, por um lado, assegurar o acesso ao Mar Negro e ao Mediterrâneo, projetando o seu poder naval, para influenciar o ambiente de segurança no Sudeste europeu, e por outro, negar o acesso e expansão da NATO e da UE às fronteiras russas. No Báltico, assegurando o acesso à região de Kaliningrado e a sua influência no Norte da Europa, equilibrando os esforços da NATO nos países Bálticos.

Face ao que antecede, conclui-se que as principais linhas de orientação estratégica da Rússia passam por criar uma zona de influência, junto das suas fronteiras, evitando a aproximação da NATO e da UE; incrementar o seu poder económico, para conquistar apoio interno e modernizar as suas FFAA, dotando-as de capacidades modernas e credíveis; consolidar a sua posição no Mar Negro e tentar recuperá-la no Báltico; e investir nas relações no âmbito de organizações internacionais e bilaterais com outros atores do sistema internacional, tentando obter apoios no sentido de alcançar o seu grande objetivo político: Recuperar o estatuto de grande potência mundial.

Desta forma, considera-se que foi validada a HIP1, e consequentemente, respondida à primeira QD1.



3. A Estratégia Militar Russa

Ao contrário do seu antecessor Soviético, o aparelho militar russo contemporâneo, não tem a dimensão, nem está estruturado para conquistar o Atlântico ou o Mediterrâneo. Mas isso não significa que seja despiciendo. Na realidade, o aparelho militar russo aparenta ser capaz de contribuir para a consecução dos objetivos estratégicos russos na Europa. Analistas ocidentais, defendem que Moscovo está interessado em recriar uma esfera de influência russa, e se possível, hegemonia num exterior próximo, incluindo ao longo da sua fronteira ocidental. Este objetivo está diretamente ligado com a anexação da Crimeia, a intervenção na Ucrânia e o conflito na Geórgia, a presença na Transnístria, a sua influência na Bielorrússia, a sua retórica autoritária, e, ainda, a realização de exercícios provocativos junto dos países Bálticos e outros países do Norte e Leste europeu. Além disso, vários líderes ocidentais consideram que a Rússia, está desejava de encontrar maneira de corroer, ou mesmo quebrar, a coesão da Aliança Atlântica, e dessa forma diminuir a influência e envolvimento dos EUA, abrindo oportunidades para a relevância do seu papel (Colby & Solomon, 2015).

3.1. A Doutrina Militar Russa

A Rússia até à presente data aprovou quatro documentos estruturantes relativos à sua doutrina militar: em 1993, 2000, 2010 e em 2014.

A “Doutrina” pretende representar a visão oficial da natureza da guerra contemporânea, as ameaças à segurança nacional e quais as políticas e estratégias que o governo e as FFAA russas devem implementar para fazer face a essas ameaças (Blank, 2006, p. 154).

Ao nível militar estratégico, a política de segurança é convertida na utilização do poder militar, por orientações estabelecidas na doutrina militar. A doutrina militar russa é mais conceptual do que as doutrinas ocidentais, as quais, por norma, se concentram nas orientações para as atividades militares. Como resultado, a doutrina russa, está intimamente ligada com o nível político-estratégico. Este documento estruturante fornece, não só, orientações políticas às Forças Armadas, mas também a outros tipos de forças, tais como à FSB e a outras forças e serviços de segurança (Haas, 2011, p. 3).

3.1.1. A Nova Doutrina Militar

Em 25 de dezembro de 2014, Putin assinou a nova Doutrina Militar, em substituição da versão de 2010. A nova Doutrina é caracterizada pela ligação estreita entre as perceções de ameaça interna e externa. Enquanto as ameaças externas relacionam-se com a NATO e



com os EUA, as internas têm a ver com a preocupação russa com as chamadas “revoluções coloridas” que possam ter lugar em Moscovo (Klein, 2015, p. 1).

À semelhança da versão de 2010, a nova Doutrina faz a distinção entre riscos e ameaças militares. Riscos são situações com potencial para escalar para ameaças. Ameaças são eventos internos ou externos que podem provocar a eclosão de um conflito militar (Polina Sinovets & , 2015, p. 1). A NATO e os EUA continuam no topo da lista dos riscos externos, com a menção explícita da expansão do bloco, o estabelecimento de infraestruturas militares junto das fronteiras da Rússia e o envio de contingentes militares para países vizinhos. Moscovo teme que os EUA estejam a minar o equilíbrio de poder estratégico em seu benefício. Enquanto ambos os países possuem arsenais nucleares de dimensão semelhante, a Rússia ainda está muito atrasada no desenvolvimento de capacidades convencionais. Nesse sentido, a nova doutrina classifica como riscos militares os sistemas de defesa antimíssil, a intenção de estacionar armas no espaço, o desenvolvimento de armas convencionais de grande precisão e atividades subversivas utilizando forças especiais (Klein, 2015, p. 2).

Relativamente às ameaças, mantêm-se as identificadas em 2010. No entanto, num contexto de tensão, alguns cenários possíveis de ameaça, são agora aplicados à NATO e aos EUA, tais como a demonstração de força militar, através da realização de exercícios junto das fronteiras da Rússia (Klein, 2015, p. 2). Os desenvolvimentos relacionados com a crise na Ucrânia, e a tentativa, por parte do Ocidente, de estabelecer regimes em países que a Rússia considera ser da sua esfera de influência, ameaçando os interesses russos, são classificados de riscos militares (Klein, 2015, p. 2). A possibilidade do aumento de conflitos étnicos e religiosos, degradando a coesão interna da Rússia e acima de tudo, as atividades destinadas a provocar uma mudança do seu sistema constitucional, são vistas como riscos de especial relevância. O documento revela como a liderança russa receia pela estabilidade da sua autoridade e na sua vulnerabilidade relacionada com o protesto social. Este receio está ligado ao impacto das sanções ocidentais e da baixa do preço do petróleo, que ameaçam a economia russa, cujo sucesso está intimamente ligado à legitimidade do atual sistema de governação (Klein, 2015, p. 2).

O documento descreve a Primavera Árabe e as “revoluções coloridas”, como um processo destabilizador instigado externamente, como instrumento ocidental para proceder a mudanças de regime. Para além das capacidades militares da NATO e dos EUA, as capacidades “*soft*” da UE são vistas, cada vez mais, como riscos. Esta descrição serve



para suprimir divergências internas e para responsabilizar as ações vindas do exterior, pelo fracasso político e económico da Rússia (Klein, 2015, p. 2).

A Doutrina Militar de 2014 aponta também, a forma como a Rússia tenciona responder aos riscos identificados. A sua capacidade nuclear continua a ser configurada para dissuasão, afirmando o seu direito de a utilizar em resposta a um ataque nuclear, ou a um ataque convencional em larga escala que possa pôr em causa a existência do país. Contudo, dadas as novas capacidades convencionais dos EUA, a Rússia considera que a sua dissuasão nuclear deixou de conferir uma proteção adequada, pelo que irá desenvolver as suas próprias capacidades convencionais (Klein, 2015, p. 3).

O termo “vizinhança” é várias vezes referido no documento. Estas preocupações estão claramente relacionadas com a situação e os eventos ocorridos na Geórgia e na Ucrânia. Contudo, seria um erro estratégico pensar que os interesses russos sejam limitados a esses países. A Rússia não refere explicitamente o traçado do perímetro da sua esfera de interesses. Uma possível explicação é a intenção de criar alguma ambiguidade a potenciais opositores. Esta ambiguidade causa algumas preocupações à NATO, não sabendo claramente se os países que pertenceram à URSS e que agora são membros da Aliança estão incluídos na esfera de interesse russo. No entanto, é claro que, a Rússia refere no documento que considera a área da antiga URSS como seu espaço de interesse vital e que está empenhada em o defender (Polina Sinovets & , 2015, p. 3).

3.1.2. A Doutrina Marítima

Em julho de 2015, a Rússia aprovou a sua nova Doutrina Marítima a vigorar até 2020, sendo um documento abrangente na sua abordagem estratégica, dando, não só, orientações relativamente à sua esquadra, mas também à sua marinha mercante e às infraestruturas portuárias. Esta doutrina é marcada pelas relações tensas com o Ocidente, com particular ênfase, na expansão da NATO. Nesse contexto, o vice-primeiro ministro Rozogin referiu que a nova doutrina foi publicada, devido “acima de tudo, à mudança do ambiente internacional; e para fortalecer a posição da Rússia como potência marítima”¹ (Blank, 2015). Alguns analistas defendem que a Rússia não possui a capacidade naval como pretende afirmar, no entanto não têm dúvidas, que o potencial das suas esquadras do Báltico e do Mar Negro são capazes de provocarem sérios danos a um possível contra-ataque da NATO, em resposta a uma ação da Rússia, através da criação de um ambiente *Anti-Access and Area*

¹ Tradução do autor.



Denial (A2/AD), em ambas as regiões, conjugado com a sua capacidade de defesa área e terrestre (Blank, 2015).

3.2. A Revolução dos Assuntos Militares

Em 1991, durante a intervenção dos EUA no Iraque, os métodos utilizados possibilitaram uma campanha aérea de larga escala, paralisando o que era então o quarto maior exército mundial, equipado essencialmente com armamento Soviético e utilizando doutrina Soviética. O emprego destes novos métodos levaram os analistas militares russos a concluir que a fronteira entre armamento convencional e armamento nuclear tático era ténue, para não dizer inexistente, e que a utilização de munições convencionais guiadas de alta precisão poderiam ter o mesmo efeito, que antes só poderia ser alcançado com armas nucleares². Nesse sentido, ficou exposta a obsolescência da utilização de grandes formações terrestres. A utilização de pequenas unidades móveis com grande capacidade de fogo e de defesa contra ataques aéreos, e integradas num modelo complexo de combate, permitiria evitar o confronto direto, mas ainda assim, possibilitar a destruição do inimigo. A edificação destas capacidades, só foi possível iniciar, de forma sustentável, após o conflito da Geórgia em 2008, alocando cada vez mais recursos (figuras 4 e 5), beneficiando dos altos preços do petróleo, e também da quebra de barreiras institucionais (Johnson, 2015, p. 3).



Figura 4 – Rússia - Gastos na Defesa 2000-2015 (em % do PIB)

Fonte: (SIPRI, 2016), adaptado pelo autor

² “Long-range conventional precision munitions, are comparable to employment of nuclear weapons in results, but more acceptable in political and military terms”, Vladimir Putin, 2012.



Figura 5 – Rússia – Gastos na Defesa 2000-2015 (em milhões US\$)

Fonte: (SIPRI, 2016), adaptado pelo autor

3.2.1. Capacidades Militares

A Rússia conseguiu transformar um aparelho militar disfuncional herdado da ex-URSS, numa força militar mais eficaz, através de uma vontade política e de grandes investimentos. Os seus efetivos militares diminuíram (figura 6), mantendo-se o sistema de conscrição, no entanto, desde 2008, o número de militares profissionais superou o número de conscritos.

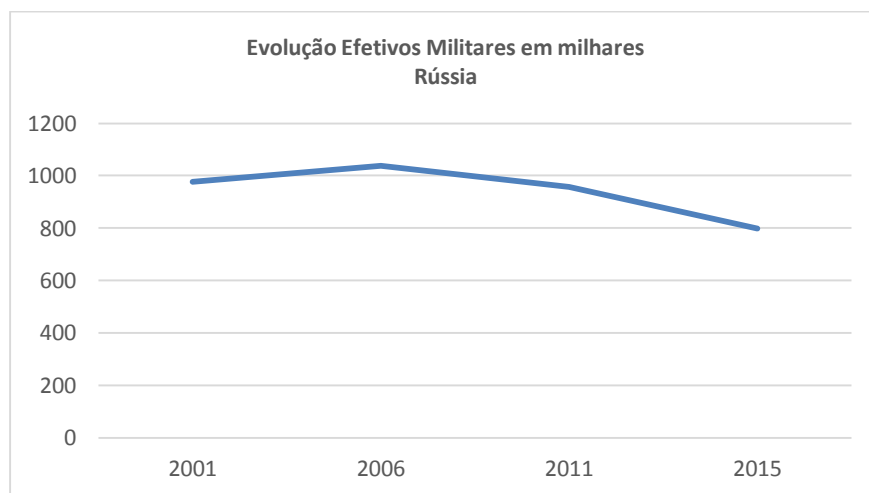


Figura 6 – Rússia – Evolução efetivos militares 2001-2015 (em milhares)

Fonte: (IISS, 2016), adaptado pelo autor

As deficiências nas suas capacidades militares mantêm-se, e o declínio económico dos últimos anos levanta sérios obstáculos na manutenção do ritmo sustentável da modernização



das suas FFAA. No entanto, a Rússia afirma que o planeamento previsto até 2020 continua válido, com ganhos adicionais na prontidão, mobilidade e poder de fogo (Johnson, 2015, p. 3).

O General Gerasimov, atual Chefe do Estado-Maior General das FFAA, delineou as prioridades que incluem a modernização do arsenal nuclear, o contínuo desenvolvimento de forças conjuntas com alto grau de prontidão, com ênfase para a mobilidade e elevado poder de fogo dessas forças, aperfeiçoamento das capacidades de forças especiais e incremento das capacidades de comando e controlo. Os resultados dessa melhoria são evidentes nas operações levadas a cabo pela Rússia na Ucrânia e pelo aumento dos exercícios realizados desde 2013, incluindo os chamados “*snap exercises*”³, como preparação para potenciais cenários de crise. O Ministro da Defesa russo referiu que o objetivo dos exercícios “surpresa” é de treinar as FFAA, tendo como referência a mobilização de cerca de 65.000 militares até 3.000 quilómetros de distância no prazo máximo de 72 horas (Johnson, 2015, p. 3).

3.2.2. Processo de Decisão Centralizado

Os líderes políticos e militares russos estabeleceram como prioridade, a coordenação ao mais alto nível, dentro do governo e na estrutura militar, dos aspetos relacionados com a defesa nacional, tendo sido decidido atribuir ao Estado-Maior General a autoridade de coordenação sobre ministérios e departamentos com ligação a essa área. Como ferramenta para implementação e operacionalização desta coordenação, foi criado o *National Centre for Direction of the Defence of the Russian Federation* (NCDD), o qual engloba dois centros principais, um para comando de operações de combate, e outro para a coordenação operacional diária, entre as FFAA e os outros elementos governamentais, e é responsável por manter o conhecimento da situação, avaliar a sua evolução e fornecer recomendações para apoiar um processo de decisão o mais rápido possível sobre o emprego das FFAA. Este centro é considerado como importante facilitador para uma estreita coordenação e integração das diferentes ferramentas, cujo emprego é necessário em todos os níveis de conflito (Johnson, 2015, p. 5). Outro importante e determinante facilitador no que respeita ao emprego dos instrumentos militares e, também não militares, tem a ver com a decisão final estar concentrada numa única pessoa, Vladimir Putin.

3.2.3. A Doutrina de Gerasimov

A Rússia tem uma longa tradição na guerra assimétrica e na utilização de meios e métodos multidimensionais com vista a influenciar os aspetos políticos, culturais, sociais,

³ “*Snap Exercises*” são exercícios que não se encontram planeados e são iniciados sem qualquer pré-aviso. Servem para testar a prontidão das FFAA.



económicos e militares dos adversários. Tendo a noção que está em inferioridade numérica relativamente ao Ocidente, a Rússia procura, desta forma, o uso estratégico combinado de meios e métodos militares e não militares, permitindo-lhe minorar essa desvantagem. A isto é chamado a “Nova Geração da Guerra Russa” ou a “Doutrina de Gerasimov” (Mattsson, 2016). Esta doutrina pretende combinar todos os instrumentos do espectro DIMEFIL com estratégias de guerra híbrida. Apesar de não ser um novo elemento, o uso combinado e sincronizado destes instrumentos, é uma nova forma para alcançar os efeitos desejados (Petev, 2016).

O General Gerasimov, em novembro de 2013, durante uma apresentação na *Academy of Military Sciences*, em Moscovo, fez uma análise de como as guerras e o modo como são conduzidas evoluem. Referiu que nas guerras atuais, são empregues ações militares e não militares, na proporção de 1 para 4, em favor das últimas, e que no século XXI, a fronteira entre os estados de paz e de guerra são ténues. Estes meios não militares, cujo papel, para alcançar objetivos políticos e estratégicos, aumentou e por vezes ultrapassou na eficácia, o poder das armas, podem incluir, o corte de relações diplomáticas, pressão política, sanções económicas e ações de propaganda, apoiados por meios militares. O ponto importante na aplicação destas medidas, é que, enquanto para o Ocidente elas servem para evitar a guerra, para a Rússia, já fazem parte dela (Bartles, 2016, p. 34, citando Gerasimov, 2013). No decurso de um conflito, Gerasimov defende que a aplicação dos instrumentos de *Diplomacy, Information, Military, Economic* (DIME) doseados de forma adequada, são essenciais para o êxito do objetivo pretendido (Petev, 2016).

No entanto, esta opinião não é formada por um novo paradigma escolhido pela Rússia, mas sim pela observação feita à atuação dos EUA em eventos recentes: Kosovo, Iraque e Afeganistão. Do ponto de vista russo, o envolvimento americano nas “revoluções coloridas” na Geórgia e na Ucrânia, foi uma tentativa encoberta de promover mudanças de regime, que à partida não configuravam como guerra, contudo, revelaram que os impactos sociais, económicos e políticos, eram comparáveis às consequências das guerras propriamente ditas (Coalson, 2016, p. 24, tradução de Gerasimov, 2013).

Na sua análise, Gerasimov defende que os EUA passaram de uma abordagem tradicional do uso da força militar para mudanças de regimes políticos, para uma abordagem adaptativa do uso dessa força. No Afeganistão e no Iraque, os EUA, tal como no Kosovo, decidiram que tinham de atuar e, nesse sentido, procuraram uma justificação para esse efeito, empregando o seu poder militar e assim permitir a mudança de regime nesses países (figura 7).



Figura 7 – Abordagem “tradicional” para a consecução de objetivos político-militares

Fonte: (Bartles, 2016, citando Gerasimov, 2013)

Contudo, a Rússia considera que a mudança de regimes através da ação militar direta dos EUA, foi suplantada pelo novo método adaptativo. Este método passa pela criação de uma oposição política, ações separatistas ou conflitos sociais no país visado, através de ações de propaganda e apoio a NGO. Após a instalação dessa oposição, o governo desse país começa a passar por dificuldades em gerir a ordem pública. Assim que o governo do país for forçado a aumentar o uso da força para manter a ordem, os EUA têm o pretexto para lhe impor sanções económicas e políticas, e assim comprometer ainda mais a capacidade de governação. Com o colapso do governo e a instalação da anarquia no país, os EUA enviam forças militares em missão de apoio à paz ou de carácter humanitário, criando condições para a criação de um novo governo pró-occidental (figuras 8 e 9).

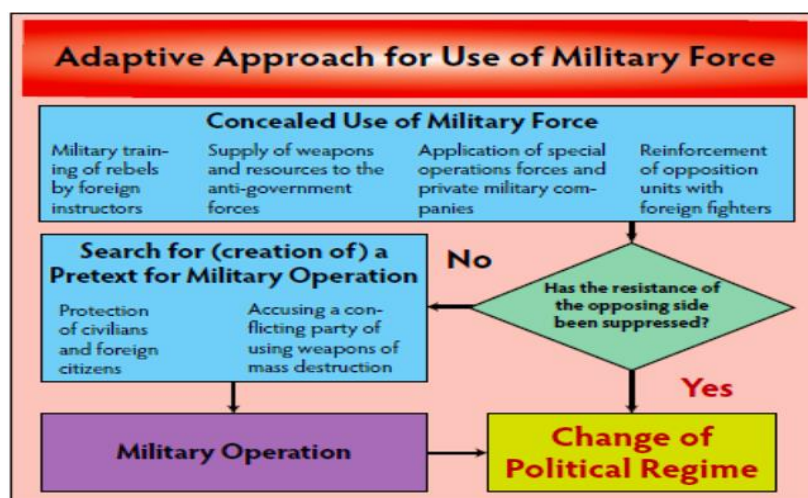


Figura 8 – Abordagem adaptativa da utilização da força militar

Fonte: (Bartles, 2016, citando Gerasimov, 2013)



Figura 9 – “Nova” abordagem para a consecução de objetivos político-militares

Fonte: (Bartles, 2016, citando Gerasimov, 2013)

Segundo os líderes ocidentais, esta análise foi rapidamente transformada em doutrina, e empregue, cerca de quatro meses depois, na Crimeia e na Ucrânia, como uma nova forma da Rússia “fazer a guerra”. No entanto, a aplicação deste novo modelo, deve ser visto como decorrente da análise de eventos passados, e não como possíveis futuras linhas de ação russas. O próprio Gerasimov refere que: “cada guerra representa um caso isolado, requerendo uma compreensão da sua lógica específica, e que, não existe nenhum modelo mágico para perceber o ambiente operacional ou o emprego do poder nacional, em cada cenário de guerra. Cada situação a ser enfrentada, deverá ser vista como um caso particular, que requer a alocação combinada de todos os recursos do Estado, que forem necessários”⁴ (Bartles, 2016, citando Gerasimov).

3.2.4. A Guerra Híbrida

A utilização de guerra híbrida, por parte da Rússia na Ucrânia, tem merecido especial atenção da Aliança. As capacidades e métodos utilizados pela Rússia nas suas ações agressivas não eram novas nem invulgares, apesar de haver alguma inovação no seu emprego. Uma importante inovação constituiu na exploração da ambiguidade, tanto na intenção como na atribuição, na imprevisibilidade da sua ocorrência e da sua intensidade de

⁴ Tradução do autor.



emprego. A atual abordagem da Rússia baseia-se em práticas Soviéticas e Russas de longa data, particularmente a *maskirovka*⁵.

A Rússia tem vindo a usar uma forma avançada de guerra híbrida na Ucrânia, que depende fortemente num elemento da guerra de informação, que os russos apelidam de “controlo reflexivo”. Através de uma perceção da situação criada, este conceito causa, no oponente, a vontade de escolher as linhas de ação que são mais vantajosas para a consecução dos objetivos russos. Esta técnica foi usada de modo a persuadir o Ocidente, a manter-se passivo, enquanto a Rússia atuava na Ucrânia com os seus instrumentos militares e não militares (Adamsky, 2015, p. 7). Negação e decepção para esconder ou ofuscar a presença de forças russas na Ucrânia; ocultação dos seus objetivos no conflito, mas ao mesmo tempo permitindo dar conhecer que a sua intenção é limitada e, em última análise, aceitável; negação do seu envolvimento, mas defendendo a sua legitimidade para intervir, com fundamento em antecedentes; ameaça ao Ocidente com o uso do seu aparelho militar, mostrando as suas capacidades, incluindo as suas armas nucleares; e utilização de um vasto e complexo esforço no sentido de narrar os factos do conflito em seu próprio proveito, através dos meios de comunicação, são algumas das ferramentas utilizadas no âmbito do “controlo reflexivo”. Como resultado destes esforços, foi possível, à Rússia manter o Ocidente afastado de intervir diretamente, permitindo-lhe ganhar tempo para cimentar a sua posição. Permitiu, ainda, provocar discordâncias entre os seus potenciais adversários de como deveriam atuar (Adamsky, 2015, p. 7).

3.3. Síntese Conclusiva

A Rússia tenta recuperar o seu prestígio como potência militar, desde o colapso da URSS, em que herdou um aparelho militar imenso, mas com pouco poder efetivo, fruto de um modelo antiquado, pouca vontade política e deficientes recursos. Com a chegada de Putin ao poder, foi dado início à modernização das FFAA russas, mas sem o ritmo desejado. A partir de 2008, com o poder consolidado no Kremlin, mudança de mentalidade da liderança russa e elevados recursos alocados à defesa, foi possível iniciar, de forma sustentável, a modernização das FFAA. Grandes formações do tempo soviético deram lugar a pequenas unidades de combate, mais flexíveis, com maior capacidade de mobilidade, e apetrechadas, não com mais, mas com melhor equipamento. Esta reforma em curso tem no entanto, deparado com dificuldades acrescidas devido às sanções económicas impostas pela UE, e pela quebra dos preços do petróleo.

⁵ Doutrina militar que utiliza a camuflagem, negação e decepção (Johnson, 2015, p. 1)



A estratégia militar russa engloba os meios militares, e como são organizados e empregues quando, na proteção dos seus interesses nacionais, outras medidas não surtam o efeito desejado. Considera a Rússia, que esses interesses podem ser afetados por um conjunto de ameaças, sobressaindo-se a expansão da NATO às suas fronteiras, e a influência ocidental nos países que estiveram sob o seu domínio. Esta influência é também fonte de preocupação, caso ela se estenda à própria Rússia, tentando minar o poder do Kremlin.

Apesar das modernizações em curso, a Rússia assume que o Ocidente é mais poderoso, pelo que, para além de contar com o seu poder nuclear, está a desenvolver novas capacidades convencionais e novos métodos de emprego das suas FFAA, combinados com outros meios do seu poder nacional, estabelecendo, para o efeito, mecanismos de coordenação interna e concentrando a tomada de decisão final do emprego dos diversos meios no Kremlin. No atual ambiente estratégico, a Rússia tem aplicado os instrumentos DIME, como vetores de poder, com intensidades diferentes, de acordo com a situação. Diplomáticamente, para tentar fragmentar a NATO e a UE, com base na diferença de interesses nacionais e económicos dos respetivos países membros; usando a propaganda, com o objetivo de negar a sua participação em ações que pretenda esconder, e quando pretenda expô-las, dar uma mensagem interna que as suas ações são justas, e externa através da intimidação, para provocar a inoperância e ineficácia dos mecanismos de governo dos países alvo; usando meios militares fortes e credíveis, ameaçando o seu emprego se o seu oponente não obedecer; e, usando a chantagem económica, sabendo da dependência que os países da UE têm dos recursos energéticos russos. Para condicionar uma eventual ação da NATO, a Rússia tem reforçado a sua presença no Mar Negro e no Báltico, utilizando uma estratégia A2/AD, para impedir que o Ocidente possa livremente aceder a estes espaços, quer na eventualidade de quererem reforçar a presença militar nessas regiões, quer para limitar futuras intenções de alargamento da Aliança.

Um dos métodos utilizados pela Rússia, quer na Crimeia, quer na Ucrânia, é o chamado “controlo reflexivo”, o qual pretende influenciar o Ocidente, interferindo na sua capacidade de perceber as intenções russas, criando ambiguidade, de modo a levá-lo a tomar decisões erradas e extemporâneas, originando um hiato no tempo de reação, essencial para a Rússia poder consolidar os seus objetivos.

Face ao que antecede, conclui-se que a estratégia militar russa está direcionada para a defesa dos seus interesses estratégicos, os quais estão ameaçados pela expansão da NATO e pela influência ocidental nos países anteriormente sob o domínio russo. Para esse efeito, a Rússia estabelece como medidas para contrariar estas ameaças, todos os instrumentos do seu



poder nacional, consubstanciados no espetro DIME, sendo que o pilar militar atua, essencialmente, em apoio dos restantes, quer através da dissuasão, mostrando as suas capacidades nucleares e convencionais, quer através do seu uso efetivo, utilizando os apelidados métodos híbridos de decepção e negação. Os restantes instrumentos focam-se na propaganda, chantagem económica e no esforço de destabilização no Ocidente, tentando criar brechas, quer na UE, quer na NATO. Sabendo que nestas organizações, o processo de decisão é realizado por consenso, a Rússia aplica os seus instrumentos de modo a suscitar debate aceso, de como compreender as intenções russas e de como decidir sobre as modalidades de ação a serem empregues.

Desta forma, considera-se que foi validada a HIP2, e consequentemente, respondida à QD2.



4. A NATO e a União Europeia

A NATO e a UE têm muito em comum, os Estados membros da NATO (28) são em grande parte também da UE, apenas os países “do outro lado do Atlântico” (EUA e Canadá), a Islândia, Turquia e a Noruega, não fazem parte da UE. Por outro lado dos países da UE (28), apenas seis não pertencem à NATO: Suécia, Finlândia, Áustria, Irlanda, Chipre e Malta.

4.1. O Início de uma Nova Guerra-Fria?

Alguns analistas defendem que os eventos na Crimeia e na Ucrânia evidenciam o início de uma nova guerra fria, no entanto, outros argumentam que, não estamos perante esse cenário, mas antes perante algo muito mais perigoso. Antes, havia um confronto de ideologias entre o Oeste e o Leste, e muitos meios de destruição maciça em jogo, mas havia mecanismos de diálogo e consulta entre os presidentes dos EUA e da URSS, e cada qual sabia quais as capacidades do outro, e as respetivas intenções. Atualmente, ninguém, no Ocidente, sabe muito bem o que a Rússia pretende em concreto, fruto também, da utilização da dita estratégia híbrida russa. Não se sabe muito bem a que tipo de confronto se está a assistir, para além de não existirem os mesmos mecanismos mencionados, pelo que o ambiente de segurança estratégico encontra-se mais volátil e perigoso como nunca. Para além disso, as atuais sanções económicas, e o eventual isolamento da Rússia, provocará o seu enfraquecimento, não se sabendo até que ponto. Uma Rússia fraca, possuidora do maior arsenal nuclear do mundo, poderá ser muito mais perigosa, do que gerir as relações com uma Rússia forte (Stavridis, 2016).

4.2. A NATO

Após a queda do muro de Berlim o papel da NATO ficou menos claro. Deixou de haver um inimigo identificado, e dentro da Aliança questionava-se: e agora? Um ano depois os EUA e alguns países seus aliados na NATO estiveram envolvidos na primeira Guerra do Golfo. Grandes formações militares projetadas para fazer face à ameaça soviética foram retiradas da Europa e empregues noutros teatros de operações, pela primeira vez em 40 anos. A maior parte dessas forças nunca mais regressaram à Europa (Aspen, 2015).

Segundo alguns analistas, a NATO tendo-se afastado da sua principal razão de ser, a defesa coletiva, cometeu um erro geopolítico. Os líderes ocidentais consideraram que a Rússia deixara de ser uma ameaça, tornando-se numa potência pacífica e que a principal missão da Aliança deixara de fazer sentido. Por forma a mantê-la relevante, avançaram para novas missões “fora de área”: gestão de crises; apoio à paz; e de carácter humanitário. Se a NATO teve sucesso contra a URSS nas últimas quatro décadas, porque não haveria de ter



também, neste novo objetivo, de conduzir com êxito as operações “fora de área”. No entanto, o sucesso esperado, designadamente no Afeganistão e no Iraque, não foi totalmente alcançado, sendo que alguns desses analistas referem mesmo, que a NATO ter ido para missões “fora de área” e, também, a mudança (“*shift*”) do foco de atenção dos EUA, da Europa para a Ásia, foi um erro estratégico (Notícias, 2016, citando Szczerki). Por outro lado, estavam convencidos que a expansão da NATO a Leste, não iria provocar uma reação hostil por parte da Rússia (Santos, 2016, pp. 35, 36). Após os últimos acontecimentos protagonizados pela Rússia, o assunto da defesa coletiva volta a estar na primeira linha de prioridade.

O Processo de tomada de decisão da Aliança tornou-se mais complexo com a entrada de novos membros. O consenso a 28 torna-se por vezes difícil, considerando que os interesses da NATO não estão alinhados na sua totalidade com os interesses individuais dos seus membros. As ameaças vindas das várias frentes são vistas de forma diferente pelos aliados. A Norte, Leste e Sudeste, a Rússia é a principal ameaça, já a Sul, Sudoeste e no centro da Europa, as migrações e o terrorismo são a preocupação prioritária. Por outro lado, os gastos com a área da defesa têm vindo a ser reduzidos por razões diversas. Apenas cinco aliados atingiram, em 2015, o patamar recomendado pela NATO (Bendavid, 2015).

4.2.1. A Resposta da NATO

Em abril de 2014, na sequência das ações russas, a NATO suspendeu todas as atividades de cooperação civil e militar com a Rússia.

A Cimeira de Gales ocorreu pouco depois da crise da Ucrânia, obrigando a Aliança a tomar um novo rumo. Até fevereiro desse ano o guião da cimeira estava marcado pelo fim das operações de combate no Afeganistão e por acordos de cooperação para responder a futuras crises. As ações agressivas da Rússia na Ucrânia obrigaram a Aliança a uma postura de resposta firme (IISS, 2015).

Em Gales, os aliados condenaram vigorosamente as ações militares perpetradas pela Rússia, exigindo-lhe a retirada das suas forças militares da Ucrânia, considerando que estas ações eram uma séria violação da Lei Internacional. Por outro lado, a NATO afirmou, de forma clara, que não reconhecia a anexação da Crimeia, considerando-a ilegal e ilegítima, exigindo que a Rússia cessasse a ocupação desta região (NATO, 2014). Foi aprovada a concordância com as sanções impostas à Rússia, pela UE e outras organizações, enquanto não fosse cumprido os Acordos de Minsk. Foi decidido manter a suspensão das atividades de cooperação, contudo, pela importância estratégica que é considerada as relações com a Rússia, declararam que os canais políticos continuavam abertos (NATO, 2014). Para esse



efeito, o NATO *Russia Council* (NRC), já foi realizado posteriormente, em junho de 2014, e recentemente, em abril de 2016, assim como, com alguma frequência, altos funcionários da NATO reúnem-se com altos funcionários da FR.

Nesta Cimeira, foi aprovado um conjunto de iniciativas, com particular destaque para o *Readiness Action Plan* (RAP), no sentido de assegurar que a NATO está pronta a responder de forma célere e firme aos novos desafios de segurança. As medidas do RAP dividem-se em duas grandes áreas, as de resposta imediata, as “*Assurance Measures*” (ASM), e as com efeito a médio/longo prazo, as “*Adaptation Measures*” (ADM).

As ASM têm por objetivo reforçar a defesa dos países aliados do Centro e do Leste Europeu, tranquilizar as suas populações e dissuadir potenciais agressões. Estas medidas podem ser aumentadas ou reduzidas, de acordo com a evolução do ambiente de segurança estratégico. Por outro lado, as ADM visam dotar a Aliança de mecanismos necessários para permitir a sua ação rápida e decisiva a crises súbitas.

Os países aliados decidiram travar o declínio nos gastos na área da defesa e que, numa década, aumentassem, gradualmente, estas despesas para o mínimo de 2% do PIB, e deste montante, 20% fosse dedicado à aquisição de equipamento pesado e em investigação e desenvolvimento (NATO, 2014). Foi ainda reforçada a parceria estratégica entre a NATO e a UE, promovendo a complementaridade das duas organizações de forma a obter a meta comum de segurança e estabilidade nos seus espaços geográficos (IISS, 2015).

4.3. A União Europeia

A UE tem as suas origens na Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), na Comunidade Europeia da Energia Atómica (CEEa) e na Comunidade Económica Europeia (CEE) criadas em 1957. Em 1967 todas estas organizações foram enquadradas na estrutura da CEE, e em 1992, no seguimento do Tratado de Maastricht, a CEE deu lugar à UE.

Após duas guerras mundiais que dilaceraram a Europa, a intenção inicial da formação desta organização era estimular a cooperação económica, por forma a criar e manter uma dependência entre estados, e nesse sentido reduzir as possibilidades de ocorrência de conflitos (Europeia, 2016).

A UE, desde a metade da última década do século passado e até sensivelmente à metade da primeira década do presente século, que correspondeu ao seu período de maior prosperidade, pensou que deixaria de precisar dos EUA, para a defesa e segurança na Europa, tendo criado mecanismos de defesa própria. Os EUA viram nesta situação, e na evolução que estava a ter, apesar de oficialmente apoiarem a iniciativa, uma eventual perda de relevância da NATO, e em última análise a sua possível extinção. Este eventual desfecho,



iria de encontro com um dos objetivos da Rússia, que era, e continua a ser, que a NATO deixasse de existir. Por outro lado, os EUA consideram uma qualquer potência regional emergente, que possa pôr em causa seus interesses, como um potencial oponente, e nesse aspeto, a UE encaixava nesta caracterização, considerando o seu poder económico, demográfico e militar, se as iniciativas propostas tivessem êxito. Os EUA vislumbraram, apesar dos laços históricos, de amizade e de cooperação de longa data com os países europeus, a UE como um potencial oponente, principalmente se a NATO fosse extinta, e a Rússia ganhasse influência no espaço europeu (Meysan, 2015).

Os EUA precisam de uma UE forte, mas não como potência militar separada da NATO e por consequência da América do Norte. Os europeus demoraram a perceber qual é a estratégia americana, até que a crise económica de 2008 provocou, entre outras consequências, e pela necessidade do estabelecimento de prioridades, o declínio nos investimentos na defesa. A partir de 2008, o debate na Europa passou a ser o sobre o controlo do *deficit* e da dívida pública, pelo desemprego e necessidade de mais apoios sociais, sendo que a defesa e segurança eram palavras que não estavam na agenda prioritária dos dirigentes europeus. No meio desta crise económica, apareceram as migrações em massa, vindas do Médio Oriente e do Norte de África, e ainda havia discussões sobre esta matéria, já evoluía a ameaça da Rússia, e logo a seguir, os atentados terroristas em espaço europeu. Em poucos anos, a UE viu-se a braços com desafios e ameaças de vária ordem. A ilusão que tinha criado, de que o espaço europeu era seguro e estável, desvaneceu-se (FPRI, 2015). Todas estas situações, agravadas com a falta de unidade política desencadeada com a crise económica, transformou a UE numa organização mais fraca (FPRI, 2016).

Por outro lado, a UE criou, também, a ilusão de que a Rússia, seria um país pacífico, que iria aproximar-se dos valores europeus, e que não iria atuar como aconteceu em 2014. Essa ilusão está a transformar-se numa realidade bem diferente, ainda não interiorizada completamente por todos os seus estados membros, pelo que existe a noção a Europa tarda em acordar, tendo subestimado a Rússia (Plevneliev, 2015).

No Apêndice D está descrito um breve enquadramento histórico da política de segurança e defesa da UE.

4.3.1. A Estratégia de Segurança Europeia

Em 2003 o Conselho Europeu aprovou a Estratégia de Segurança Europeia (ESE), onde foram estabelecidos princípios, e definidos objetivos para promoção dos interesses da UE na área da segurança. Esta “Estratégia” foi elaborada num período de prosperidade e de segurança, como nunca tinha sido verificado na história, mas continuava a prever a



existência de riscos e ameaças que tinham de ser enfrentadas (Europeia, 2003, p. 1), A ESE identificou um conjunto de ameaças e desafios aos interesses de segurança europeus: terrorismo, proliferação das armas de destruição maciça, conflitos regionais, Estados falhados e criminalidade organizada (Europeia, 2003, p. 5). Foram também identificados os objetivos estratégicos da UE: enfrentar as ameaças, criar segurança na sua vizinhança e o estabelecimento da ordem internacional baseada num multilateralismo efetivo (Europeia, 2003, p. 6), e que para a sua concretização a UE teria de ser mais ativa, coerente e capaz, e colaborar com outros parceiros, os EUA e a Rússia, entre outros (Europeia, 2003, pp. 11,13,14). A ESE não elenca os meios e métodos militares necessários para atingir os fins a que propõe, ou antes, refere que os meios são aqueles que os estados membros quiserem disponibilizar. Esta Estratégia encontra-se atualmente em discussão com vista a uma atualização.

4.3.2. A Resposta da União Europeia

Na sequência da anexação da Crimeia e ações de destabilização no Leste da Ucrânia por parte da Rússia, a UE impôs um conjunto de sanções, a esse país, de diversa ordem: diplomáticas, económicas e outras medidas restritivas específicas.

No campo das medidas diplomáticas aplicadas, a EU decidiu cancelar a realização regular das cimeiras UE-Rússia, tendo sido, também, suspensos os contactos bilaterais relacionados com a concessão de vistos. A EU apoiou a suspensão das negociações para adesão da Rússia à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e à Agência Internacional da Energia (AIE), e as reuniões do G8 passaram a reunir no formato de G7, sem a Rússia presente (Europeia, 2016).

Em julho e setembro de 2014, a UE impôs sanções económicas que visavam a limitação de trocas comerciais com a Rússia em determinados setores económicos. Em março de 2015, os dirigentes da UE decidiram alinhar o regime de sanções existente pela aplicação integral dos Acordos de Minsk. Dado que os Acordos de Minsk não foram cumpridos na íntegra até 31 de dezembro de 2015, as sanções económicas foram prorrogadas até 31 de julho de 2016. Ainda sobre sanções económicas, e mais concretamente no respeitante à cooperação económica, em julho de 2014, a EU solicitou ao Banco Europeu de Investimento que suspendesse novas operações de financiamento com a Rússia, e decidiu suspender programas de cooperação bilateral e regional, e reavaliar a implementação de novos programas (Europeia, 2016).

Outras medidas restritivas específicas foram aplicadas, tais como o congelamento de bens e proibições de viagem no espaço europeu, a pessoas e entidades que foram



consideradas responsáveis pelas ações na Ucrânia. Foi também decidido o congelamento de bens de pessoas identificadas como responsáveis pela apropriação indevida de fundos públicos ucranianos (Europeia, 2016).

Finalmente, e não aplicado diretamente à Rússia, a UE, após a anexação da Crimeia e em consequência do seu não reconhecimento, decidiu impor um conjunto de restrições às relações económicas com essa região. Estas medidas incluem a proibição de importação de mercadorias da Crimeia, assim como restrições ao comércio e ao investimento relacionados com determinados setores económicos e projetos de infraestruturas (Europeia, 2016).

4.4. Síntese Conclusiva

Com a atual situação no Leste europeu, quer a NATO, quer a UE, têm tentado compreender as intenções de Moscovo. Apesar de, imediatamente, protestarem contra as violações levadas a cabo pela Rússia, e implementarem medidas de resposta a estas ações para forçá-la a repor a situação anterior, o facto é, que dentro de ambas organizações, existem perceções diversas de como a Rússia vai atuar.

Perante os eventos ocorridos em 2014, a NATO decidiu implementar algumas iniciativas, com especial relevância para o RAP, no sentido de demonstrar a coesão da Aliança e a solidariedade para com os aliados que mais sentiam a ameaça russa. Após cerca de duas décadas em operações “fora de área”, a missão da defesa coletiva passou a estar na prioridade da NATO. A Aliança sabe que, caso a Rússia pretenda realizar alguma ação agressiva contra um aliado nos Bálticos, muito dificilmente o poderá impedir, e que uma possível ação retaliatória será, também, dificultada pela estratégia A2/AD da Rússia. Assim sendo, o reforço militar da NATO nos Bálticos, passou por ações usando poder militar limitado, demonstrando que a Aliança está coesa, mas que não pretende invadir a Rússia. Por outro lado, a Aliança sempre referiu que a Rússia é um parceiro estratégico importante, deixando aberto os canais políticos, pois existem outros desafios à segurança internacional, para os quais a NATO e a Rússia necessitam colaborar.

Do lado da UE, foram tomadas medidas punitivas, impondo sanções diplomáticas e económicas. Estas medidas têm tido um grande impacto na Rússia, tendo afetado a sua economia, e consequentemente o modo de vida da sua população e as ações de modernização das suas FFAA. Também a quebra dos preços do petróleo, não sendo aparentemente uma influência ocidental, ainda debilitou mais a economia russa. A UE, especialmente alguns dos seus membros, está dependente da energia russa, pelo que apesar das sanções aplicadas, continuam a ter relações comerciais com a Rússia.



A fragilidade da economia russa pode tornar a situação mais complexa, considerando as suas armas nucleares, que, segundo os seus líderes, serão empregues quando todos os outros meios do seu poder nacional tiverem falhado, e o país esteja em risco de colapso.

Face ao que antecede, pode concluir-se que, a postura da NATO e da UE, tem sido firme, mas cautelosa. A NATO voltou ao básico da sua génese, a defesa coletiva, adotando medidas para reforço defensivo nos países mais próximos da fronteira russa, não só para tranquilizar as populações desses países, mas também para dar uma mensagem à Rússia, que a Aliança está coesa, e pronta para defender o território e os cidadãos dos seus aliados. As medidas acordadas são robustas, mas não o suficiente para impedir uma eventual invasão russa num desses países. Caso isso viesse a suceder, teria de haver um esforço complementar por parte dos aliados, e entrar-se-ia numa situação extremamente perigosa para a paz mundial. Para evitar que se entre numa situação destas, as medidas tomadas, foram também, no sentido de demonstrar à Rússia que os meios militares enviados para esses países não conferem uma ação ofensiva por parte da Aliança. Relativamente à UE, as ações tomadas, complementam as da Aliança, através de medidas não militares, na tentativa de forçar a Rússia de abdicar da sua atitude agressiva. Também a UE, tenta manter o diálogo com a Rússia, evitando o isolamento completo, o qual seria contraproducente, uma vez que a segurança na Europa depende disso. A UE, apesar de possuir mecanismos de defesa próprios, estes não têm funcionado na sua plenitude, muito pela circunstância de que a grande maioria dos seus membros, também pertencem à NATO, e nesse sentido, a Aliança tem um papel mais relevante e decisivo no emprego do aparelho militar, na preservação da segurança e defesa na Europa.

Assim, considera-se que foi validada a HIP3, e consequentemente, respondida à QD3.



5. Os Países da União Europeia

A intervenção militar da Rússia na Crimeia e na Ucrânia, e a sua continuidade neste último país, originaram uma preocupação acrescida nos países da UE, pertencentes à NATO, geograficamente mais próximos da Rússia. Estes países vêm na solidariedade da Aliança, e designadamente no seu artigo quinto, uma maneira de estarem protegidos contra qualquer agressão por parte da Rússia. No entanto, esta confiança, parte do princípio que a eventual evocação do artigo quinto, gera consenso dos aliados, algo que nunca na história da Aliança foi realizado, com exceção na sequência dos ataques de 11 de setembro de 2001. Na altura a defesa coletiva foi declarada contra um “inimigo” transnacional, sem governo legítimo identificado, sem território e sem população. Pelo contrário, uma possível invocação do artigo quinto será contra um país devidamente identificado, membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e possuidor de armas nucleares, criando assim, um desafio complexo que nunca foi testado.

Por outro lado, existem países pertencentes à UE que não pertencem à NATO, dos quais dois deles estão nas proximidades geográficas da Rússia, a Finlândia e a Suécia. Nestes países o sentimento de ameaça é forte, embora com perceções diferentes (Mattsson, 2016).

5.1. Os Desafios à Segurança Europeia

Os países europeus precisam de cooperar nas matérias de defesa, sendo que essa cooperação é dirigida no âmbito da NATO e da UE. No entanto são os governos de cada país que a conduzem fazendo-a de diversas formas, que incluem combinações bilaterais, regionais e *ad hoc*, assim como trabalhando através das instituições mencionadas. Os países europeus enfrentam, atualmente, um complexo ambiente de segurança estratégico, que se tem vindo a agudizar. Os desafios que a Europa enfrenta vão desde a instabilidade na Ucrânia, a imprevisibilidade da Rússia, a guerra na Síria, que tem gerado um enorme fluxo de refugiados dentro dos países da UE, o DAESH na Síria e Iraque, criando uma nova ameaça terrorista no espaço europeu, e a situação na Líbia que também tem gerado refugiados e ameaça terrorista (Severin Fischer, et al., 2016, p. 10). Para além deste grau de complexidade, existe uma especificidade neste novo ambiente de segurança, é que os países europeus têm de defender os seus territórios e simultaneamente gerir as crises externas, demonstrando que a fronteira que separa a segurança externa da interna passou a ser ténue. Todas estas situações irão ser discutidas na Cimeira da UE em junho p.f. e um mês depois na Cimeira da NATO (Severin Fischer, et al., 2016, p. 10). No entanto estes processos institucionais só farão sentido se os países europeus alinharem as suas políticas de defesa na prossecução de um objetivo comum. Nestes países existe uma diferenciação de posturas,



enquanto nalguns, a sua atitude perante as ameaças preconizam um nível de ambição elevado nas políticas de defesa, noutros, por vários motivos, são forçados a estabelecer prioridades, e elas variam substancialmente entre os vários países (figura 10) (Severin Fischer, et al., 2016, p. 10). Também a grande dependência no acesso aos recursos energéticos vindos da Rússia, impede uma total sincronização de posturas por parte dos países da UE (Mattsson, 2016).

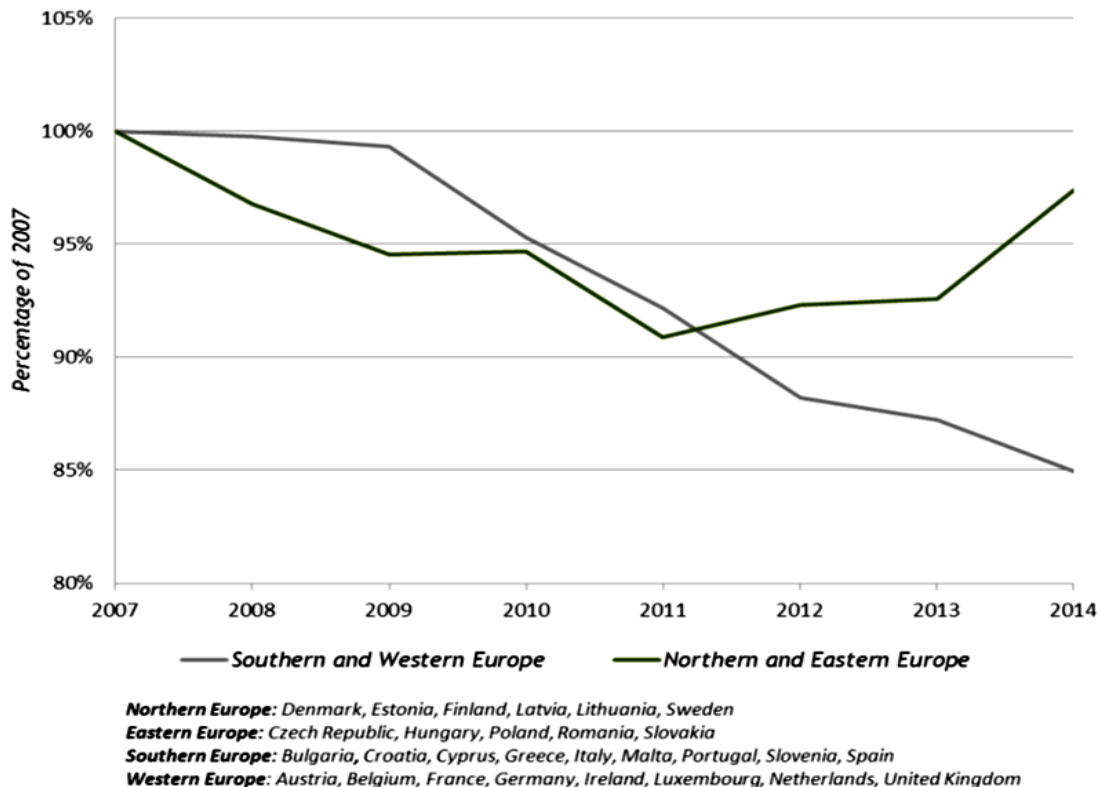


Figura 10 – Comparação de gastos com a defesa nos países da UE 2007-2014 (2007=100%)

Fonte: (France, 2015, p. 2, citando EDA, NATO, IISS, SIPRI)

Os orçamentos de defesa dos países da UE têm vindo a baixar nos últimos anos, principalmente desde a crise económica de 2008, embora anteriormente, já viessem a ser reduzidos. O “desaparecimento” da URSS, a aparente segurança que os europeus pensavam que era para sempre, e a confiança nos EUA, que se algo acontecesse na Europa, o “amigo americano” viria e resolvia os problemas, são algumas das causas para o desinvestimento europeu na defesa. Durante a guerra fria, os países europeus da Aliança e o Canadá participavam com cerca de 50% do total das despesas área da defesa, sendo que os restantes 50% eram suportados pelos EUA. Presentemente os EUA contribuem com mais de 75%.



Esta situação cria clivagens na NATO, com os EUA a pedir mais comprometimento dos países europeus, sendo que estes, como referido no capítulo anterior concordaram em reverter esta tendência, no entanto, na prática, e no curto prazo pouco foi feito (Rodrigues, 2016).

Por outro lado os governos europeus têm sido renitentes em enviar tropas para o exterior em missões, sendo mais seletivos na escolha das missões em que querem participar. O número de tropas enviadas para o exterior diminuiu de cerca de 83.000 em 2006, para 58.000 em 2013. Durante a campanha no Afeganistão todos os aliados participaram, com mais ou menos efetivos no terreno, já na Líbia em 2011, apenas menos de metade dos países europeus participou (Severin Fischer, et al., 2016, p. 12). A atual crise na Ucrânia trouxe de volta o sentimento e a necessidade de defesa territorial e coletiva aos países europeus, no entanto os esforços realizados têm sido modestos. A criação da *Very High Readiness Joint Task Force* (VJTF) como elemento com mais prontidão dentro da *NATO Response Force* (NRF), com cerca de 5000 militares, tem criado a dúvida nos países da UE, pertencentes à NATO, se esta força tem capacidade efetiva, caso a Rússia decida avançar militarmente nos países Bálticos (Severin Fischer, et al., 2016, p. 12). Alguns países têm vindo a trabalhar em alianças de cooperação regionais, tais como o *Nordic Defence Cooperation* (NDC), *Baltic Cooperation* (BC), ou o grupo de *Visegrado*. Por outro lado existem alguns países da UE que têm vindo a realizar acordos de cooperação bilateral, e aprofundamento de relações com os EUA. Embora isto possa ser visto como uma possível demonstração de ineficácia quer da NATO e da UE, alguns analistas defendem que, sempre houve este tipo alianças regionais (Severin Fischer, et al., 2016, p. 14). Também os eventos na Ucrânia trouxeram ao debate, quer político e militar, quer académico e na sociedade civil em geral, os acontecimentos ocorridos, como os entender e os enfrentar. Este facto passou a estar na agenda do poder político que, com a perceção de ameaça que estes eventos levantam na opinião pública dos países da UE, poderá acelerar a tomada de decisão para a concretização de medidas para enfrentar esta ameaça (Pereira, 2016).

Nos próximos subcapítulos, iremos analisar a política de defesa de alguns países da UE, de forma a caracterizar as diferentes perceções de ameaça e prioridades estratégicas, e a sua atuação relativamente à atitude da Rússia. Para esse efeito foram escolhidos dois países da UE, mais afastados das fronteiras com a Rússia (Alemanha e Itália).

Foram também escolhidos mais seis países, situados geograficamente, mais perto da Rússia, dos quais quatro pertencentes, também à NATO (Polónia e países Bálticos), e dois,



Suécia e Finlândia, que não pertencem à Aliança. Uma análise a estes seis países encontra-se vertida no Apêndice E.

5.1.1.1. A Alemanha

Em 2011 foram publicadas um conjunto de orientações na área da defesa pelo Ministério da Defesa alemão, que são focadas em ameaças genéricas, tais como terrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, entre outros. Estas orientações dão particular importância às relações através de estruturas multilaterais, como a UE e a Organização das Nações Unidas (ONU), dando específica relevância à NATO, que considera ser a peça central do empenho da Alemanha na área da defesa. Presentemente, a Alemanha está a desenvolver um novo “*Defence White Book*” que espera concluir até meados de 2016 (Severin Fischer, et al., 2016, p. 20).

Apesar da sua intenção de participar ativamente no seio da NATO, o facto é que a Alemanha não participou na campanha da Líbia em 2011, assim como se absteve sobre o mesmo assunto no CSNU, causando impacto negativo nos aliados pela sua postura. No entanto, na resposta às ações da Rússia, a Alemanha não só liderou o processo da aplicação das sanções económicas, como se empenhou no reforço rotativo de missões de *Air Policing* nos Bálticos, enviou meios navais para o Mar Báltico, duplicou a sua presença no *Multinational Corps Northeast Headquarters* (MCNH) na Polónia, e integrou forças terrestres em exercícios militares da NATO para aumentar a presença militar no Leste europeu (Severin Fischer, et al., 2016, p. 21). Relativamente aos gastos com a defesa, a Alemanha anunciou que pretende aumentá-los em cerca de 6% até 2019. Apesar desta intenção, a Alemanha como país europeu mais rico, tem uma das mais baixas percentagens do PIB aplicadas no setor da defesa (Severin Fischer, et al., 2016, p. 21).



Figura 11 – Alemanha – Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB)

Fonte: (SIPRI, 2016), adaptado pelo autor



Relativamente aos efetivos das suas FFAA, a Alemanha tem vindo a diminuir drasticamente o seu quantitativo. A maior quebra teve a ver com o fim da conscrição em 2011.

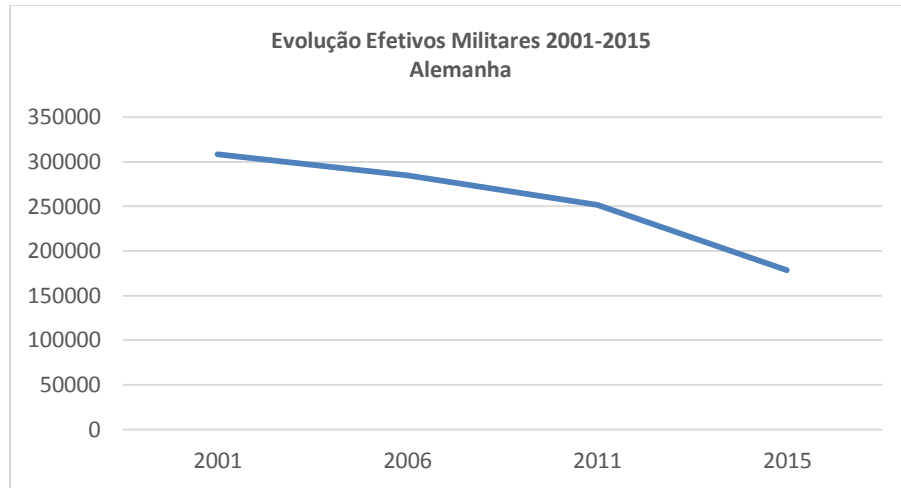


Figura 12 – Alemanha – Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades)

Fonte: (IISS, 2015), adaptado pelo autor

5.1.1.2. A Itália

Em 2015, a Itália aprovou um novo “*Defence White Paper*”, em substituição do publicado em 2002. Este novo documento estabelece a visão estratégica da Itália, as suas prioridades e as suas intenções quanto ao financiamento das suas FFAA. Tradicionalmente, a Itália tem demonstrado fortes convicções em relação à solidariedade da Aliança Atlântica e à integração europeia. Neste documento, a NATO e a UE estão em pé de igualdade em matéria do contributo italiano para a preservação da segurança internacional. A Itália considera que a NATO é o principal instrumento para a defesa e dissuasão, quer do seu território, quer do continente europeu. No âmbito da UE, a Itália tenciona incrementar a cooperação com outros parceiros europeus no desenvolvimento de capacidades militares. Tendo também atravessado um período de dificuldades económicas, a Itália tem vindo a reduzir os seus gastos com a área da defesa (Severin Fischer, et al., 2016, p. 23).

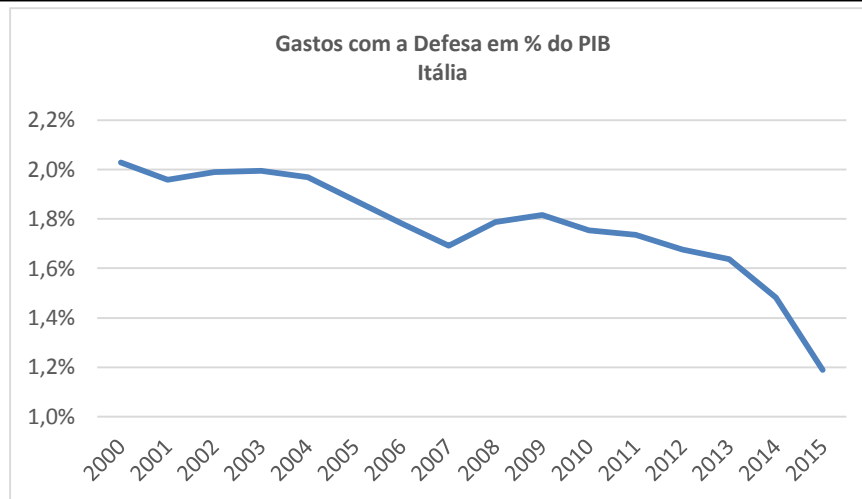


Figura 13 – Itália – Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB)

Fonte: (SIPRI, 2016), adaptado pelo autor

A Itália estabelece o Mediterrâneo, como o seu principal foco de ação estratégica. As migrações do Norte de África e do Sahel, e ameaça terrorista oriunda dessa região, são a sua principal preocupação. Nesse sentido, a Itália estabelece o objetivo de manter a sua ambição de atuação no exterior em defesa dos seus interesses nacionais, como potência militar regional (Severin Fischer, et al., 2016, p. 23). A par dos outros países já analisados, e considerando o fim da conscrição em 2003, também a Itália não é exceção, tendo reduzido os seus efetivos militares.

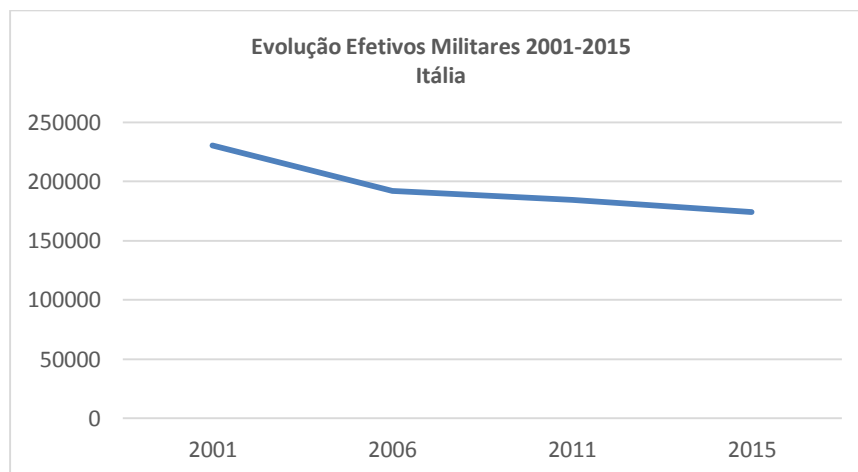


Figura 14 – Itália - Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades)

Fonte: (IISS, 2015), adaptado pelo autor



5.2. Síntese Conclusiva

A atual crise na Ucrânia, a postura da Rússia e a sua estratégia militar, trouxe preocupação à Europa, que pensava, que após o final da guerra-fria, o espaço europeu seria de paz, segurança, estabilidade e prosperidade. Os europeus não aprenderam que nada é para sempre. Por outro lado, não é só a questão da Rússia que preocupa os europeus, também os recentes ataques terroristas, em território europeu e perpetrado por europeus, e as migrações em massa, vieram trazer novos desafios.

A ameaça russa é percebida de forma diferente entre os países da UE. Nos mais a Leste, ela é elevada, e acreditam que a Rússia vai continuar as suas ações agressivas, e temem pela sua segurança. Todos os países da UE, que fazem fronteira com a Rússia, ou estão perto, já iniciaram o incremento de recursos financeiros para a área militar, tentando edificar novas capacidades e melhorar as existentes, e tencionam continuar a aumentar esses gastos. Com esta percepção de ameaça, estes países, para além de terem aumentado a cooperação no âmbito da NATO e da UE, têm vindo a aumentar a cooperação em organizações regionais, e bilateralmente com os EUA. Por outro lado, nos mais a ocidente, ela é ténue, e não acreditam que a Rússia continue com as suas ações agressivas. Apesar disto, todos os países estão a envidar esforços no sentido de incrementar os seus recursos financeiros para o seu aparelho militar e manifestaram solidariedade para com os países mais ameaçados, participando nas medidas acordadas pela NATO, enviando forças militares, quer para missões de patrulha, quer para participar em exercícios. Nestes países a percepção da ameaça terrorista em solo europeu e os desafios das migrações em massa, têm prioridade sobre a questão russa. Para além disso, muitos deles estão demasiado dependentes da energia russa, considerando que se provocarem muito a Rússia, poderão ter problemas de abastecimento dos recursos energéticos necessários à sua economia.

Finalmente, existem países da UE que se encontram perto da Rússia, que não pertencem à NATO, a Suécia e a Finlândia, em que a sua percepção da ameaça russa é elevada. Nesse sentido, estes dois países têm vindo a afirmar a sua intenção de incrementar os investimentos nas suas FFAA, em aumentar as relações de cooperação entre si, com a UE, a NATO, como parceiros, no âmbito de organizações de segurança regionais designadamente o NDC, e bilaterais com os EUA. Nestes dois países tem vindo a ser discutido uma eventual adesão à NATO. A sua entrada, dar-lhes-ia a defesa coletiva da Aliança como membros de pleno direito. No entanto, a não ser que o ambiente de segurança estratégico na região se deteriore de forma assinalável, não é crível que, no curto prazo, possa acontecer. O apoio popular a tal desiderato, embora tenha aumentado significativamente, ainda é limitado, e por



outro lado um possível anúncio de adesão, poderia desencadear ações agressivas por parte da Rússia.

Conclui-se, pois, que os países da UE, de uma forma geral, estão preocupados com a atitude da Rússia, em níveis diferentes, considerando a sua posição geográfica. Nos mais a Leste e Norte, onde a percepção de ameaça é elevada, o debate público aumentou substancialmente, a pedir ao poder político que tome medidas urgentes para evitar que a sua segurança seja posta em causa. Nesse sentido, e sabendo que um país isolado não consegue enfrentar um oponente poderoso, foi decidido aumentar os investimentos na defesa militar, no sentido de aumentar a sua capacidade dissuasora, e também, aumentar as ações de cooperação, quer regionais, quer bilaterais, por forma a arranjar mecanismos que incremente a sua capacidade de defesa. Nos restantes países da UE, em que a ameaça é sentida com menor intensidade, as medidas tomadas foram também no sentido de aumentar as capacidades das suas FFAA, e de apoio aos países que se sentem mais ameaçados, no entanto existe um sentimento instalado de que a Rússia não vai agir militarmente contra esses países.

Assim sendo, considera-se que foi validada a HIP4, e respondida à QD4.



Conclusões

Para se poder analisar o impacto na área da defesa militar nos países da UE, face à estratégia militar russa, foram estudados diversos aspetos relacionados com esta problemática, por forma a enquadrar a investigação. Nesse sentido, foram identificados os objetivos políticos russos e as suas principais linhas de ação estratégica, e analisada a estratégia militar russa, e como ela é dirigida, perante a ameaça sentida pela Rússia, face aos objetivos estratégicos e militares da NATO e da UE. Relativamente a estas duas organizações, foram identificadas as suas posturas e as suas estratégias militares em relação à atitude da Rússia no Leste europeu, e mais especificamente, procedeu-se a uma avaliação das medidas na área da defesa, levadas a cabo pelos países da UE.

Foi possível identificar como principal objetivo político da Rússia, a recuperação do seu estatuto como grande potência global. Para a sua consecução, a Rússia necessita de que NATO e a UE deixem de possuir a hegemonia dos assuntos mundiais. Nesse sentido, precisa de as manter afastadas das suas fronteiras, promovendo ações tendentes ao seu enfraquecimento e, em última análise à sua desagregação, criando uma zona de influência, não só para evitar a aproximação às suas fronteiras de forças militares dessas organizações, mas também como forma de aumentar os seus apoios nos *fora* internacionais. Essa zona de influência, não se restringe aos países fronteiriços, mas também aos espaços marítimos adjacentes, pois sabe que só poderá exigir o reconhecimento mundial, como superpotência, se possuir um poder naval forte e credível. A Rússia sente que os pratos da balança, pendem claramente para o lado ocidental, e nessa medida, precisa de os equilibrar para poder ter uma palavra a dizer. Por outro lado, necessita de aumentar o seu poder económico, pois só assim será possível influenciar a política mundial, possuir o apoio essencial dos seus cidadãos e dotar as suas FFAA dos meios necessários. Nestas circunstâncias, a Rússia está disposta a usar todos os pilares do espectro DIMEFIL para a concretização dos seus objetivos políticos.

A expansão da NATO a Leste, a tentativa de influência ocidental aos países que fizeram parte da URSS, a mobilização de forças militares da Aliança nas suas fronteiras e a possível interferência nos seus assuntos internos, podendo culminar com a degradação social russa e uma tentativa de mudança de regime em Moscovo, utilizando os métodos das “revoluções coloridas”, são as principais ameaças sentidas. Para tal delineou a sua estratégia militar, que passa pela utilização de todos os instrumentos DIME do seu poder nacional. Para esse efeito, e quando os seus interesses possam ser afetados, emprega esses meios, combinados com estratégias híbridas, por forma a possuir algum tipo de vantagem, quando em competição com adversários com maior poder económico e militar. Vantagem essa, que



é alcançada pela surpresa, ambiguidade, decepção e negação, potenciada com o facto de os seus oponentes não possuírem uma linha de ação concertada, pela diferença de interesses dos vários países da NATO e da UE. A Rússia dá primazia à aplicação do pilar informacional do DIME, sendo que os restantes funcionam como apoio, robustecendo a sua aplicação dependendo do ambiente estratégico.

Na vertente militar, a Rússia tem vindo a encetar esforços no sentido de modernizar as suas FFAA, dotando-as de novos equipamentos, doutrina e organização. Estas reformas têm sido possíveis, graças aos preços altos do petróleo, que vigoraram até finais de 2014. No entanto, desde essa data, e com a quebra de preços registada, o ritmo de modernização sofreu uma desaceleração. Um dos principais problemas russos tem a ver com a imensidão do seu território, pela necessidade de proteção de fronteiras e o deslocamento das suas forças. No tempo soviético, a doutrina era possuir grandes formações militares estáticas, junto das suas longas fronteiras, porque não tinha capacidade de as estar constantemente a movimentar para os locais onde as ameaças surgiam, para além do tempo que era necessário para executar esses movimentos. Para esse efeito, a Rússia precisava de possuir um exército bastante numeroso, com os grandes inconvenientes de dispor de grandes recursos, materiais e financeiros, para além de que o treino dessas forças, essencialmente compostas por conscritos, era muito limitado, com consequências na sua operacionalidade e eficácia. Nesse sentido, decidiu reformar o seu aparelho militar, reduzindo os seus efetivos, diminuindo o rácio conscritos/profissionais, criando unidades militares mais pequenas, mas com maior poder de fogo, flexibilidade e capacidade de movimentos. Presentemente, a Rússia, e está patente no resultado dos exercícios realizados, consegue movimentar forças de alguma dimensão, com capacidade de enfrentar qualquer tipo de ameaça, a longas distâncias, em curtos espaços de tempo e sem pré-aviso. Este desenvolvimento de capacidades convencionais, a par das suas capacidades nucleares, proporcionou-lhe potencial dissuasor que não possuía desde o colapso da URSS.

Estas novas capacidades, os acontecimentos na Crimeia e na Ucrânia, e a manifestação de intenção de as empregar sempre que estejam em causa os seus interesses, trouxe mais preocupação no seio NATO e da UE e, acima de tudo, o receio dos países que consigo fazem fronteira.

A NATO e a UE sabem que estão perante um país que sempre teve ambições expansionistas, pelo que há que travar esta tendência, uma vez que está em causa a segurança de nações aliadas. No entanto esse país possui o maior arsenal nuclear do mundo, e já referiu que tenciona utilizá-lo se a sua sobrevivência estiver em perigo. Nesse sentido, estas



organizações têm vindo a atuar de forma firme, mas prudente. A defesa coletiva voltou a ser a principal prioridade da Aliança, aprovando medidas para reforço defensivo nos países mais próximos da fronteira russa, não só para tranquilizar as populações desses países, mas também para dar uma mensagem à Rússia, que a NATO está coesa e pronta para defender o território e os cidadãos dos seus aliados. As medidas acordadas são robustas, mas não o suficiente para impedir uma eventual invasão russa num desses países. Caso isso viesse a suceder, teria de haver um esforço complementar por parte dos aliados, e entrar-se-ia numa situação extremamente perigosa para a paz mundial. Para evitar que se entre numa situação destas, as medidas tomadas, foram também, no sentido de demonstrar à Rússia que os meios militares enviados para esses países não pretendem iniciar uma invasão do seu país.

A UE possui mecanismos de defesa próprios, mas sem grande significado prático, em parte devido à duplicação que seria necessário ser realizada pelos seus membros, que já contribuem para a NATO. Assim sendo, a UE tem vindo a assumir-se como potenciadora das medidas militares da NATO, através dos seus instrumentos não militares, e foi nesse sentido que atuou, aplicando sanções diplomáticas, políticas e económicas à Rússia, que tiveram um impacto significativo nesse país, limitando o seu desenvolvimento militar.

A perceção de ameaça russa é sentida nos países da UE de maneira diferente. Nos situados mais perto das fronteiras russas, e que já anteriormente experimentaram a influência da Rússia, a perceção de ameaça é elevada, o debate público aumentou substancialmente, com o intuito de tentar perceber o que a Rússia pretendia e qual os possíveis desenvolvimentos futuros, e de apelar aos seus governantes a implementação de medidas urgentes para evitar que a sua segurança seja posta em causa. Sabendo que um país isolado não consegue enfrentar um oponente poderoso, esses países decidiram aumentar as ações de cooperação, regionais e bilaterais, e simultaneamente, aumentar os investimentos na defesa militar, para aumentar as suas capacidades dissuasoras. Esta procura de formar novas alianças, que possam estar mais focadas na ameaça russa, pode ser vista como um sinal de um sentimento de menor confiança na solidariedade dos países mais afastados da Rússia. Por outro lado, nestes países, e especialmente naqueles que não pertencem à NATO, o debate tem sido direcionado para uma possível adesão à Aliança, visto que consideram que a UE, não lhes dá a proteção que o artigo quinto lhes garante. Por outro lado, o “chapéu” protetor da NATO, nunca foi testado verdadeiramente. No tempo da guerra fria, não havia dúvidas, atualmente, e com as diferenças de interesses dos aliados, a invocação do artigo quinto, poderá ser questionável, apesar da retórica de todos os países, ser no sentido que essa situação nunca estará em causa.



Nos países mais distantes da Rússia, a ameaça é sentida com menor intensidade, sendo que a prioridade destes países está focada noutro tipo de ameaças. As medidas tomadas, por estes países, foram de apoio aos que se sentem mais ameaçados, para além de terem decidido, também, aumentar as capacidades das suas FFAA, mas de uma maneira menos intensa. Nestes países existe um sentimento que a Rússia não vai agir militarmente contra os países da UE, e consideram que não é crível o uso dos métodos híbridos, visto que estes foram usados em países não pertencentes à NATO nem à UE, e onde havia fatores que potenciaram a sua utilização. Na Crimeia, a Rússia possuía forças militares estacionadas em Sebastopol, e uma grande comunidade de etnia russa, à semelhança do que sucede no Leste da Ucrânia. Estes fatores facilitaram a intervenção russa, sendo mesmo que se verificou aceitação popular. Já nos países da UE que fazem fronteira com a Rússia, apesar da existência de população de etnia russa, principalmente na Estónia e na Letónia, a sua quantidade percentual é bastante mais baixa do que a existente na Crimeia e na Ucrânia, diminuindo assim, a probabilidade de sucesso de uma eventual intervenção russa, a qual, no entanto, não pode ser excluída.

Podemos pois concluir, que o grande impacto na área da defesa dos países da UE, face à atual estratégia militar russa, é que esses países começaram a perceber que o atual ambiente de segurança estratégico, não se compadece apenas por palavras com boas intenções, e que para que os países possam assegurar o pleno cumprimento dos seus deveres, para com a segurança e bem-estar das suas populações, em particular, e no espaço europeu em geral, existem pilares fundamentais que não podem ser ignorados, ou passarem para segundo plano, um deles é do da defesa nacional. Os países da UE pensaram que após o colapso da URSS, a sua segurança era para sempre, e não era necessário grandes investimentos nas suas FFAA, primeiro, porque estavam convencidos que os conflitos mundiais ocorreriam longe do espaço europeu, e segundo, caso houvesse alguma situação que requeresse ser enfrentada, os EUA fariam o trabalho necessário. A ocorrência dos eventos a Leste mostraram que a realidade do ambiente de segurança europeu carece de uma estratégia comum, no sentido que não sejam comprometidos os valores ocidentais fundamentais, como liberdade, democracia e direitos humanos. Nesse sentido os países da UE deverão, por um lado, incrementar os seus compromissos na área da defesa, após vários anos de declínio do investimento militar, para garantir capacidade dissuasora, por outro, deverá ser fomentada uma maior interação com a NATO, porque só assim as duas organizações cimentam a sua importância na cena internacional, e garantem a segurança e defesa da Europa, e em simultâneo, devem tentar convencer a Rússia que ninguém, no Ocidente, a quer invadir.



Dito isto, considera-se que, no essencial, foi dada resposta à QC, e atingido o OG do presente trabalho.



Bibliografia

- Adamsky, D., 2015. *Cross-Domain Coercion: The Current Russian Art of Strategy*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.ifri.org/en/publications/enotes/proliferation-papers/cross-domain-coercion-current-russian-art-strategy> [Acedido em 5 março 2016].
- Anders Aslund, S. G. A. C. K., 2010. *Russia After The Global Economic Crisis*. Washington DC: Peterson Institute for International Economics Center for strategic and International Studies.
- Aspen, 2015. *The International Relations and Security Network*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Video/Series/Detail/?ots591=966c9813-6e74-4e0b-b884-8ed9f3f0978c&lng=en&id=193460> [Acedido em 10 março 2016].
- Bartles, C. K., 2016. *US Military Review Jan-Feb 2016*. [Em Linha] Disponível em: <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/repository/English-2016-Archive.asp> [Acedido em 22 março 2016].
- Bendavid, N., 2015. *The Wall Street Journal*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.wsj.com/articles/nato-calls-for-rise-in-defence-spending-by-alliance-members-1434978193> [Acedido em 20 março 2016].
- Blank, S., 2006. *The International Relations and Security Network*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=cab359a3-9328-19cc-a1d2-8023e646b22c&lng=en&id=25746> [Acedido em 5 março 2016].
- Blank, S., 2015. *The Jamestown Foundation*. [Em Linha] Disponível em: http://www.jamestown.org/programs/edm/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=44276&cHash=8089287aa9094b8af28a1d5a7a82fb99#.VyD6fEmFPIV [Acedido em 12 março 2016].
- Braw, E., 2015. *Politico*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.politico.eu/article/sweden-finland-nato-russia-defense-nordic-military/> [Acedido em 5 abril 2016].
- Bruge, I., 2015. *Russian Analytical Digest n.º 176: Russia and the Baltics/Poland*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=195276> [Acedido em 25 março 2016].
- Calcolato, R., 2015. *Richio Calcolato*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.rischiocalcolato.it/2015/02/vladimir-putin-il-piu-grande-statista-del-secolo-un-solo-grafico.html> [Acedido em 2 março 2016].



- Coalson, R., 2016. *US Military Review Jan-Feb 2016*. [Em Linha] Disponível em: <http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/repository/English-2016-Archive.asp> [Acedido em 22 março 2016].
- Colby, E. & Solomon, J., 2015. *Facing Russia. Conventional Defence and Deterrence in Europe*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.iiss.org/en/publications/survival/sections/2015-1e95/survival--global-politics-and-strategy-december-2015-january-2016-522a/57-6-03-colby-and-solomon-ae7f> [Acedido em 4 março 2016].
- Conference, M. S., 2007. *Putin legendary speech*. [Sound Recording].
- Europeia, C. d. U., 2003. *Uma Europa Segura num Mundo Melhor*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf> [Acedido em 2 março 2016].
- Europeia, C. d. U., 2008. *Tratado de Lisboa*. [Em Linha] Disponível em: https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf [Acedido em 2 março 2016].
- Europeia, C. d. U., 2009. *Relatório sobre a execução da Estratégia Europeia de Segurança*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/pt/documents-publications/publications/2009/pdf/european-security-strategy> [Acedido em 2 março 2016].
- Europeia, C. d. U., 2010. *Estratégia de Segurança Interna da União Europeia*. [Em Linha] Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/pt/documents-publications/publications/2010/pdf/qc3010313ptc_pdf/ [Acedido em 2 março 2016].
- Europeia, C. d. U., 2016. *Medidas restritivas da UE em resposta à crise na Ucrânia*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions/ukraine-crisis/> [Acedido em 31 março 2016].
- Europeia, U., 2016. *Portal da União Europeia*. [Em Linha] Disponível em: http://europa.eu/about-eu/basic-information/about/index_pt.htm [Acedido em 13 fevereiro 2016].
- FPRI, 2015. *Russia, Ukraine and the Geopolitics of Europe*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lcjykZwr9Kg> [Acedido em 2 março 2016].
- FPRI, 2016. *In Europe's Shadow: Two Cold Wars and a Thirty-Year Journey Through Romania and Beyond*. [Em Linha] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R_RL_xbss8A [Acedido em 26 fevereiro 2016].



- France, O. d., 2015. *European Union Institute for Security Studies*. [Em Linha] Disponível em:
http://www.iss.europa.eu/uploads/media/Brief_12_Defence_spending_in_Europe.pdf
[Acedido em 02 março 2016].
- Freier, N., 2012. *CSIS - The Emerging Anti-Access/Area-Denial Challenge*. [Em Linha] Disponível em: <https://csis.org/publication/emerging-anti-accessarea-denial-challenge> [Acedido em 20 abril 2016].
- Friedman, G., 2008. *The Russo-Georgian War and the Balance of Power*. [Em Linha] Disponível em:
https://www.stratfor.com/weekly/russo_georgian_war_and_balance_power [Acedido em 18 março 2016].
- Friedman, G., 2015. *Focos de Tensão*. s.l.:Publicações D. Quixote.
- Friedman, G., 2016-a. *Mapping Russia's Strategy*. [Em Linha] Disponível em:
<http://www.mauldineconomics.com/this-week-in-geopolitics/mapping-russias-strategy> [Acedido em 10 fevereiro 2016].
- Friedman, G., 2016-b. *Chicago Council on Global Affairs*. [Em Linha] Disponível em:
<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Video/Detail/?fecvnodeid=106521&dom=1&groupot593=966c9813-6e74-4e0b-b884-8ed9f3f0978c&fecvid=33&ots591=966c9813-6e74-4e0b-b884-8ed9f3f0978c&lng=en&v33=106521&id=196327> [Acedido em 20 março 2016].
- Galeotti, M., 2016. *Russia's New National Security Strategy: Familiar Themes, Gaudy Rhetoric*. [Em Linha] Disponível em: <http://warontherocks.com/2016/01/russias-new-national-security-strategy-familiar-themes-gaudy-rhetoric/> [Acedido em 6 março 2016].
- Gomes, A. M. & Correia, C.-d.-f. D., 2012. *Marinha - Cadernos Navais n.º 42 - julho-setembro de 2012*. [Em Linha] Disponível em: http://www.marinha.pt/pt-pt/historia-estrategia/estrategia/estudos-reflexoes/cadernosnavais/cadernos_navais_n42_julho_setembro_2012.pdf [Acedido em 20 abril 2016].
- Government of Sweden, 2015. *Sweden's Defence Policy 2016 to 2020*. [Em Linha] Disponível em:
http://www.government.se/globalassets/government/dokument/forsvarsdepartementet/sweden_defence_policy_2016_to_2020 [Acedido em 19 março 2016].
- Guedes, P. D. A. M., 2016. [Entrevista] (2 março 2016).



- Haas, M. d., 2011. *Russian Military Politics and Russia's 2010 Defense Doctrine*. [Em Linha] Disponível em: http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20110300_haas_doctrine.pdf [Acedido em 12 março 2016].
- IESM, 2007. *Elementos de Análise Geopolítica e Geoestratégica*. Lisboa: IESM.
- IISS, 2015. *Military Balance 2015*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.iiss.org/en/publications/military%20balance/issues/the-military-balance-2015-5ea6> [Acedido em 5 janeiro 2016].
- IISS, 2016. *The Military Balance 2016*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.iiss.org/en/publications/military%20balance/issues/the-military-balance-2016-d6c9> [Acedido em 26 março 2016].
- ISDA, n.d. *Russian Foreign Policy Documents and Military Doctrines*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.idsa.in/eurasia/resources> [Acedido em 3 março 2016].
- Johnson, D., 2015. *Nato Defense College*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.ndc.nato.int/research/research.php?icode=0> [Acedido em novembro 2015].
- Klein, M., 2015. *Russia's New Military Doctrine*. [Em Linha] Disponível em: https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2015C09_kle.pdf [Acedido em 15 janeiro 2016].
- Kramer, A. E., 2015. *The New York Times*. [Em Linha] Disponível em: http://www.nytimes.com/2015/11/11/world/europe/ukraine-frozen-zone-virtual-reality.html?_r=1 [Acedido em 21 março 2016].
- Lantier, A., 2016. *World Socialist Web Site*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.wsws.org/en/articles/2016/01/05/russ-j05.html> [Acedido em 15 março 2016].
- Lasconjarias, G. & Larsen, J. A., 2015. *NATO Defense College*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.ndc.nato.int/research/research.php?icode=0> [Acedido em 12 março 2016].
- Mattsson, P. A., 2016. *PhD Swedish National Defence College* [Entrevista] (4 abril 2016).
- Meyssan, T., 2015. *A cegueira da UE face à estratégia militar dos EUA*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article187425.html> [Acedido em 6 março 2016].
- Milhazes, J., 2016. *Rússia e Europa: uma parte do todo*. 1ª ed. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.



- NATO, 1996. *NATO*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.nato.int/docu/pr/1996/p96-063e.htm> [Acedido em 22 março 2016].
- NATO, 2014. *Wales Declaration*. [Em Linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm [Acedido em 20 novembro 2015].
- NATO, 2015. *Smart Defence*. [Em Linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/SID-92D4EB92-8C07135F/natolive/topics_84268.htm? [Acedido em 29 Novembro 2015].
- NATO, 2016. *Readiness Action Plan*. [Em Linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_119353.htm?selectedLocale=en# [Acedido em 12 março 2016].
- NATO-Rússia, 1997. *Founding Act*. [Em Linha] Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_25468.htm [Acedido em 6 março 2016].
- Nilsson, C. H., 2015. *Centre for Strategic and International Studies*. [Em Linha] Disponível em: <http://csis.org/publication/swedens-evolving-relationship-nato-and-its-consequences-baltic-sea-region> [Acedido em 24 março 2016].
- Notícias, D. d., 2016. *Polónia Avisa: Putin pode lançar um ataque em qualquer parte do Globo*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/polonia-avisa-putin-pode-lancar-um-ataque-em-qualquer-parte-do-globo-5038582.html> [Acedido em 3 março 2016].
- Oliker, O., 2016. *Unpacking Russia's New National Security Strategy*. [Em Linha] Disponível em: <http://csis.org/publication/unpacking-russias-new-national-security-strategy> [Acedido em 3 março 2016].
- Paul, D., 2014. *Russia-Georgia War in 2008 Told the West — and Putin — What Was Coming*. [Em Linha] Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/david-paul/russia-georgia-war-in-2008_b_4891391.html [Acedido em 12 março 2016].
- Pereira, M.-g. G., 2016. *Chefe do Gabinete GEN CEMGFA* [Entrevista] (12 abril 2016).
- Petev, R. M., 2016. *Comandante das Forças Navais da Bulgária* [Entrevista] (27 março 2016).
- Pinto, C., 2015. *O Czar da Rússia*. [Em Linha] Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-12-26-O-czar-da-Russia> [Acedido em 2 fevereiro 2016].
- Pinto, G. V., 2016. [Entrevista] (7 abril 2016).



- Plevneliev, R., 2015. *Sociedade das nações* [Entrevista] (06 novembro 2015).
- P. S. & B. R., 2015. *Russia's 2014 Military Doctrine and Beyond*. Rome: NATO Defense College - Research Division.
- Putin, V., 2000. *National Security Concept of the Russian Federation*. [Em Linha] Disponível em: <http://archive.mid.ru/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/36aba64ac09f737fc32575d9002bbf31?OpenDocument> [Acedido em 4 janeiro 2016].
- Putin, V., 2009. *Russian' National Security Strategy to 2020*. [Em Linha] Disponível em: <http://rustrans.wikidot.com/russia-s-national-security-strategy-to-2020> [Acedido em 3 janeiro 2016].
- Putin, V., 2014. *Military Doctrine of the Russian Federation*. [Em Linha] Disponível em: http://malaysia.mid.ru/web/embassy-of-the-russian-federation-in-malaysia/press-release/-/asset_publisher/rAwX0ikSv3ua/content/29-06-2015-the-military-doctrine-of-the-russian-federation [Acedido em 10 dezembro 2015].
- Putin, V., 2015. *New Russian National Security Strategy*. [Em Linha] Disponível em: <http://static.kremlin.ru/media/events/files/ru/l8iXkR8XLAtxeilX7JK3XXy6Y0AsHD5v.pdf> [Acedido em 25 março 2016].
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V., 2013. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 6ª ed. Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, V. A. S., 2009. *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Almedina.
- Ribeiro, V. S., 2016. [Entrevista] (26 fevereiro 2016).
- Rodrigues, V. R., 2016. [Entrevista] (5 abril 2016).
- Santos, G. L. d., 2016. *A Guerra no Meio de Nós*. 1ª ed. Lisboa: Clube do Autor.
- Severin Fischer, et al., 2016. *Strategic Trends 2016*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?id=196333> [Acedido em 25 março 2016].
- SIPRI, 2016. *Stockholm International Peace Research Institute*. [Em Linha] Disponível em: http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database [Acedido em 10 abril 2016].
- Snegovaya, M., 2015. *Putin's Information Warfare in Ukraine*. [Em Linha] Disponível em: <http://understandingwar.org/sites/default/files/Russian%20Report%201%20Putin%207s%20Information%20Warfare%20in%20Ukraine-%20Soviet%20Origins%20of%20Russias%20Hybrid%20Warfare.pdf> [Acedido em 12 março 2016].



- Stavridis, J., 2016. *Are we entering in a New Cold War?*. [Em Linha] Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2016/02/17/are-we-entering-a-new-cold-war-russia-europe/> [Acedido em 28 abril 2016].
- Stratfor, 2014. *Understanding Putin's logic*. [Sound Recording] (Stratfor).
- Studies, I. I. f. S., 2015-b. *The Nature of Russia Threat to NATO*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Video/Detail/?fecvnodeid=106521&dom=1&groupot593=966c9813-6e74-4e0b-b884-8ed9f3f0978c&fecvid=33&ots591=966c9813-6e74-4e0b-b884-8ed9f3f0978c&lng=en&v33=106521&id=195477> [Acedido em 20 março 2016].
- TAMU Bush School, 2014. *Reassessing Putin's Russia: Europe's Perspective Panel*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=efIpLMBIhH8> [Acedido em 25 março 2016].
- Ukraine, S. S. C. o., 2004. *All-Ukrainian Populatin Census 2001*. [Em Linha] Disponível em: <http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/results/general/nationality/Crimea> [Acedido em 21 março 2016].
- União Europeia, 2007. *Tratado de Lisboa*. [Em Linha] Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_\(2007\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Lisboa_(2007)) [Acedido em 4 dezembro 2015].
- Vitkus, G., 2015. *Russian Analytical Digest n,º 176 - Russia and the Baltics/Poland*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233&lng=en&id=195276> [Acedido em 25 março 2016].



Apêndice A - Conceitos

Anti-Access and Area Denial (A2/AD) – Conceito de emprego de forças militares com o objetivo de negar o acesso de forças opositoras a um determinado teatro de operações, e impedir a sua liberdade de movimentos e de condução de operações nesse teatro (Gomes & Correia, 2012, p. 56); (Freier, 2012).

Common Security and Defence Policy (CSDP) - A CSDP abrange as operações militares e as missões civis da União, e é responsável pelo enquadramento político de um conjunto de estruturas políticas e militares permanentes e pelas operações no exterior (União Europeia, 2007).

Cooperação Estruturada Permanente (CEP) – É uma forma mais profunda de cooperação entre os países da UE. Neste contexto, os países da UE comprometem-se a desenvolver mais intensivamente as suas capacidades de defesa e a ceder unidades de combate para missões planeadas. A *European Defence Agency* (EDA) avalia as contribuições, ao passo que o Conselho autoriza a cooperação (União Europeia, 2007).

Defesa Coletiva – É o processo através do qual uma organização ou um conjunto de países se compromete na defesa mútua, no qual é convencionado que um ataque a um dos países é como se fosse um ataque a toda a organização. É o princípio fundamental do Tratado fundador da NATO. É o princípio que vincula os Aliados no comprometimento a defenderem-se mutuamente e estabelece um espírito de solidariedade dentro da Aliança Atlântica (FPRI, 2016).

Estratégia - Ciência e arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo (Ribeiro, 2009, p. 22).

Estratégia Estrutural – Tem por objeto a deteção e análise das vulnerabilidades (ou pontos fracos) e das potencialidades das estruturas existentes, com vista à definição das medidas mais adequadas, incluindo a criação de novas estruturas, que conduzam à eliminação ou atenuação das vulnerabilidades, a um reforço das potencialidades e, em última análise, a um melhor rendimento dos meios e recursos (Ribeiro, 2009, p. 33, citando Couto).

Estratégia Genética – Tem por objeto a invenção, construção ou obtenção de novos meios a colocar à disposição da estratégia operacional, no momento adequado, e que servem o conceito estratégico adotado e tenham em atenção a evolução previsível da conjuntura (Ribeiro, 2009, p. 33, citando Couto).

Estratégia Militar - Ciência e arte de edificar, dispor e empregar as Forças Armadas num dado meio e tempo, para se materializarem os objetivos fixados pela política, com recurso à coação (pela aplicação da força militar ou ameaça desta força), de forma a superar problemas e a explorar eventualidades em ambiente de desacordo (Ribeiro, 2009, p. 79).

Estratégia Operacional – Frequentemente designada por tática, cuida de pôr em prática as ações específicas de emprego dos meios para alcançar os objetivos. O seu objeto é, não só, conciliar os objetivos a atingir com as possibilidades proporcionadas pelas estratégias genética e estrutural, mas, também, orientar a evolução destas, de forma a adaptá-las às necessidades operacionais (Ribeiro, 2009, p. 33, citando Couto).



Geopolítica - Estudo das constantes e das variáveis do espaço acessível ao homem que, ao objetivarem-se na construção de modelos de dinâmicas de poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da Ciência Política (IESM, 2007, p. 9).

Gestão de Crises – É o processo através do qual uma organização ou um conjunto de países usa para tratar de eventos que ameacem a organização no seu todo ou um dos seus elementos em particular. A Gestão de Crises é uma das tarefas de segurança fundamentais da NATO. Pode envolver medidas militares e não militares que visam lidar com um conjunto alargado de crises e em toda a sua plenitude (antes, durante e após conflitos) (FPRI, 2016).

Guerra Híbrida - Combinação e mistura de diversos meios de conflito, tanto regulares como não convencionais, dominando o “campo de batalha” físico e psicológico com desinformação, utilizando todos os meios possíveis para reduzir a sua exposição, podendo incluir a necessidade de projetar forte poder militar, com o objetivo de quebrar a vontade do adversário e de eliminar o apoio dum população às suas legítimas autoridades (Lasconjarias & Larsen, 2015, p. 3).

Poder – Produto dos recursos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses (Ribeiro, 2009, pp. 29, 30, citando Moreira).

Segurança Cooperativa – Conceito no qual a NATO considera que é afetada e pode afetar desenvolvimentos políticos e de segurança para lá das suas fronteiras. Para esse efeito a Aliança irá empenhar-se ativamente para aumentar a segurança internacional através de parcerias com outros países e organizações internacionais, contribuindo ativamente para o controlo de armamento, não proliferação e desarmamento, e deixando em aberto a possível entrada na Aliança de países europeus que partilhem os mesmos valores (FPRI, 2016).



Apêndice B - A Rússia. Enquadramento Histórico

O Princípio e Fim do Império Russo

Historicamente as relações entre a Rússia e o resto da Europa, têm sido marcadas por altos e baixos, e por pressupostos, que se generalizaram, alimentados por certos círculos ideológicos russos e que se acumularam ao longo dos séculos. Um deles é que a Rússia não faz parte da Europa, sendo uma “civilização separada”, tese que serve, muitas vezes, para justificar políticas autoritárias e expansionistas, ou conceitos como “democracia soberana” (Milhazes, 2016, p. 11). Estes estereótipos poderão também ser associados à geografia, e do modo como a Rússia vê a Europa. A Europa poderá ser vista como uma península da enorme massa continental que é a Rússia. A fronteira destas duas regiões pode ser definida por uma linha que une São Petersburgo, situada no Golfo da Finlândia, no Mar Báltico, a Rostov do Don, situada no canto nordeste do Mar Negro (figura 15) (Friedman, 2015, p. 243).



Figura 15 – A Península Europeia

Fonte: (Friedman, 2016-a)

Para ocidente desta linha situam-se todos os países que fazem parte da península. Para oriente estende-se a região continental euroasiática. Esta linha separa, grosso modo, a atual Rússia do resto da Europa, sendo que a Bielorrússia, Letónia, Estónia, Lituânia e Ucrânia são os países imediatamente a Oeste desta linha. Ao longo da história, a Rússia avançou e recuou, dentro da península, ocupando ou influenciando outros países, tendo o seu apogeu ocorrido durante a guerra fria, quando chegou ao interior da Alemanha. No entanto nenhum país da península possuiu, de forma duradoura, territórios na Rússia, quem tentou, Napoleão e Hitler, foi vencido (Friedman, 2015).

Também, muitas vezes os russos são vistos como inacessíveis a conceitos ocidentais. Esta visão é sobretudo mais sentida a Leste, local onde por diversas vezes esteve sobre ocupação ou influência russa (Milhazes, 2016, p. 12). Na realidade não se pode dizer que o povo russo sinta aversão à democracia, pois nunca testemunhou este modelo de governação, por outro lado, o totalitarismo esteve e está sempre presente na sua mente, uma vez que sempre possuiu regimes autocráticos. Até ao século XVIII, os europeus tinham uma imagem pouco lisonjeira da Rússia, que olhavam para ela como selvagem, e que não a consideravam como fazendo parte do “clube” europeu. A reputação da Rússia como país expansionista fez com que a Europa procurasse manter os russos distantes, sendo, no entanto, que o sentimento de desconfiança era mútuo (Milhazes, 2016, p. 29). A partir do reinado de Pedro I, 1º imperador da Rússia, houve uma tentativa demonstrar ao resto da Europa que o país não era



selvagem como os restantes europeus o viam. Durante a sua liderança, o aparelho militar russo e os êxitos alcançados, transformaram Rússia numa potência europeia. Por outro lado, apercebendo-se que o seu país era do ponto de vista social e tecnológico antiquado, efetuou uma aproximação à Europa, desenvolvendo esforços na modernização do país, convidando milhares de peritos estrangeiros, que contribuíram para melhorar a reputação da Rússia. Ele próprio integrou o que chamou a “Grande Embaixada”, em 1697, cujos principais objetivos eram tentar obter apoios dos líderes europeus relativamente à expansão do Império Otomano, e acima de tudo procurar a aquisição de conhecimentos que pudessem alavancar o desenvolvimento da Rússia. Dentro desses conhecimentos estavam os relacionados com o desejo de transformar a Rússia numa potência marítima. O maior país do mundo tinha grandes dificuldades no acesso ao mar por questões geográficas. Para oeste a Rússia só tinha dois locais de acesso para se afirmar como potência marítima, no Báltico e no Mar Negro, e tanto um como outro estavam “fechados”, o 1º pelos suecos, o 2º pelos otomanos. Um terceiro acesso, por Murmansk, no Norte, só ficou verdadeiramente acessível mais tarde, considerando a tecnologia existente para navegar em altas latitudes (figura 16).



Figura 16 – Rússia – Acesso ao Mar

Fonte: (Friedman, 2016-a)

Após alguns conflitos com a Suécia, com êxito, a Rússia conseguiu uma saída safe para o Báltico, tendo edificado uma importante Armada, surgindo um novo império: o russo (Milhazes, 2016, p. 32). Estes êxitos continuaram com os seus sucessores, não sem oposição por parte de algumas fações russas que viam nesta aproximação de europeização e de modernização do país, como um perigo ao seu tradicionalismo. Apesar da aproximação ao resto da Europa, a Rússia continuava a ser vista nalguns países como “bárbaros”, sendo desejada que continuasse nos limítrofes do continente europeu (Milhazes, 2016, p. 33). O início do século XIX trouxe, ao palco europeu, um conflito sangrento, originado pelas políticas expansionistas de Napoleão Bonaparte, tendo a Rússia sido invadida, inclusive Moscovo foi ocupado. No entanto, e como provado ao longo da história, a Rússia contou com a resiliência do seu povo e com os seus particularidades geográficas e climatéricas, e o “Grande Armée” foi derrotado em toda a linha, dos cerca de quase meio milhão de soldados que iniciaram a campanha, apenas cerca de 30 mil regressaram a França, foi o princípio do fim de Napoleão. Na sequência da campanha russa, Alexandre I, czar da Rússia, inicia uma perseguição às tropas francesas e entra em Paris à frente do seu exército, para demonstrar, não só a sua grandiosidade mas, também para mostrar o que eram os russos e tentar



desmascarar a propaganda de Napoleão (Milhazes, 2016, p. 34). Este capital de simpatia por parte dos europeus que Alexandre I conseguiu alcançar, foi imediatamente posto em causa pelo seu sucessor, Nicolau I, que foi considerado como o déspota oriental que tentava travar o avanço das liberdades do continente europeu. O esmagamento da Revolta da Polónia, em 1830, e da Revolução Húngara, em 1848, foram alguns dos eventos que para isso contribuíram (Milhazes, 2016, p. 34). Novamente houve uma tentativa por parte dos governantes russos na modernização do país, através de algumas reformas importantes, iniciadas por Alexandre II, mas não finalizadas, e que os seus sucessores, Alexandre III e Nicolau II, não conseguiram prosseguir. Esta situação está na génese da Revolução de 1917, e a consequente queda da monarquia e subida ao poder dos comunistas bolcheviques (Milhazes, 2016, p. 38).

A União Soviética

Com a subida ao poder dos comunistas bolcheviques, a Rússia, passou a ser chamada União Soviética a partir de 1922, e deixou, primeira vez na sua história, de se comparar com a chamada Europa ocidental. Os ideais intelectuais, ideológicos e morais ocidentais, foram postos de lado, sendo que a elite bolchevista se julgava possuidora da chave para a construção da sociedade perfeita. A partir daqui, a Europa passou a ser vista como a sociedade capitalista e corrupta, necessária ser destruída, pelo que era imperioso fazer da União Soviética uma potência industrial com capacidade de competir e vencer os ditos países capitalistas. Em 1931, Estaline afirmou: “Travar os ritmos significa ficar para trás. E os atrasados são espancados. Mas não queremos ser espancados... Estamos atrasados dos países desenvolvidos entre 50 e 100 anos. Devemos percorrer essa distância em 10 anos. Ou seremos varridos”. E nesse sentido passou a haver uma aposta forte na indústria pesada em detrimento da agricultura. No entanto esta aversão aos países capitalistas era mais do foro ideológico, pois a União Soviética necessitava de manter relações comerciais com eles, uma vez que não possuía a tecnologia nem a maquinaria essencial para a concretização dos seus objetivos (Milhazes, 2016, p. 41). No início da 2ª Guerra Mundial continuava a desconfiança mútua, não permitindo a criação de uma coligação contra os nazis, levando a União Soviética a uma aproximação à Alemanha, com o argumento que seria a melhor maneira de garantir a sua segurança, aproximação essa que culminou com a assinatura do Pacto Molotov-Ribbentrop em 1939. No entanto este pacto servia sobremaneira os interesses estratégicos Soviéticos. O pacto previa a divisão da Polónia, pela Alemanha e a União Soviética, e a ocupação comunista dos Estados Bálticos e da Finlândia, permitindo, assim, a criação de uma cintura de países à volta da União Soviética sob o seu completo controlo. Mas nada lhe serviu, Hitler rompendo este pacto, inicia a invasão da União Soviética em 22 de junho de 1941, que ficou conhecida pela operação “*Barbarossa*”. E como já tinha acontecido com Napoleão, Hitler também sai derrotado desta contenda, e também aqui, à semelhança de mais de um século atrás, foi o princípio do fim da Alemanha Nazi. Estaline apelou aos sentimentos nacionalistas do povo russo, com a finalidade de mobilizá-los para a defesa da “Mãe Rússia” e externamente procurou o apoio de países a que ele apelidava de imperialistas, mas não tinha grande alternativa se queria travar o poder militar alemão. E assim coligou-se com a Inglaterra e os Estados Unidos nesta cruzada. Com o final da 2ª Guerra Mundial veio ao de cima a divergência entre os países da coligação, a URSS por um lado, e os EUA, a Inglaterra e a França por outro (Milhazes, 2016). E assim começa a chamada guerra-fria que se prolongou por mais de 40 anos e alterou o mapa da Europa, tendo dado início a mais um ciclo em que russos e restantes europeus estiveram de costas voltadas. No entanto a URSS mantinha relações comerciais com a Europa ocidental e procurou criar atritos no sentido de afastar a Europa dos Estados Unidos, “minando” os países da Europa ocidental, através de financiamento aos partidos comunistas e organizações anti-imperialistas e opositoras da NATO (Milhazes, 2016).



Com a morte de Estaline em 1953, foi dado início ao processo de “desestalinização” recuperando a concepção leninista de “coexistência pacífica”, mas com algumas mudanças. Foi renunciada a tese de Estaline de que seria inevitável uma nova guerra mundial, e consequentemente a necessidade de estar pronto para essa situação. Começou assim um novo período de relacionamento com o resto da Europa, sem grandes alterações no que à necessidade afastar os EUA da Europa diz respeito. O relacionamento era essencialmente económico, com a importação de tecnologia europeia com vista à modernização do país (Milhazes, 2016). Neste período, o mundo presenciou a uma corrida ao armamento das duas potências mundiais, os EUA e a URSS, com especial destaque para as armas nucleares. Neste contexto a Europa via-se como primário palco de deflagração destas armas. Este período teve o seu auge com a crise dos mísseis em Cuba, em 1962, altura em que os dois principais oponentes aperceberam-se que estiveram à beira da destruição da humanidade. E é assim que se inicia um período de desanuviamento entre os EUA e a URSS, no qual foram ratificados diversos acordos para evitar uma catástrofe mundial.

Assim como acontece hoje com a Rússia, a economia da URSS estava, essencialmente, dependente da energia e outros recursos naturais que exportava. Com a queda dos preços do petróleo na década de 80 do século passado, ficou à vista as fragilidades da URSS. Mikhail Gorbatchov eleito secretário-geral do partido comunista soviético em 1985, iniciou a reforma do regime soviético, introduzindo conceitos com a “*perestroika*” (reestruturação) e a “*glasnost*” (transparência). Estes dois conceitos previam a reforma do regime e não o seu fim, mostrando que Gorbatchov não seria tão conhecedor da realidade do estado da nação como supunha. É provável também, que esperasse que os países que até aí viveram sobre a influência soviética se juntassem na campanha de transformação do regime comunista num regime socialista. Mas não foi isso que aconteceu, esses mesmos países apressaram a afastar-se da URSS, procurando uma maior aproximação à Europa ocidental e à construção da economia de mercado (Milhazes, 2016). Em 9 de novembro de 1989 cai o muro de Berlim, que precipitou e modificou o cenário geopolítico internacional. A 3 de outubro do ano seguinte, o mundo testemunhou a reunificação da Alemanha, e em 1991, a extinção do Pacto de Varsóvia, a 3 de março, e o fim da URSS a 25 de dezembro. E assim inicia-se uma nova era nas relações com a Europa ocidental.

O Pós Guerra-Fria

Com o colapso da URSS e a sua conseqüente desagregação em Repúblicas independentes, deixou a Rússia, a maior dessas Repúblicas, extremamente frágil. Tinha perdido território e população, e a sua economia estava de rastos decorrente das privatizações ocorridas e à situação da sua indústria, que se encontrava atrasada em relação ao Ocidente. Nesse sentido, houve uma maior aproximação à Europa ocidental em busca de tecnologia que pudesse desenvolver a sua indústria. Por outro lado, a UE criada em 1 de novembro de 1993 na sequência da entrada em vigor do Tratado de Maastricht, necessitava de ter acesso às matérias-primas russas, mais concretamente ao petróleo e ao gás natural, e alargar os seus comércios ao mercado russo, potencialmente imenso. Pela importância destas relações foi estabelecido um Acordo de Parceria e Cooperação em 1997, que vigorou durante 10 anos. No entanto, a política de aproximação russa ao mercado ocidental, não era acompanhada de melhoria visível no nível de vida da sua população. Havia uma pequena oligarquia que enriquecia rapidamente, enquanto a maioria dos cidadãos russos passavam privações. Por outro lado o aumento galopante da corrupção e do crime organizado passou a fazer parte do quotidiano russo (Milhazes, 2016). A somar a isto, os grandes recursos despendidos com a manutenção de um enorme exército, uma descomunal frota de submarinos táticos e estratégicos e um enorme arsenal nuclear, exauriu os cofres de Moscovo. Olhando para a Europa ocidental, a Rússia considerava-se a principal potência europeia, que tinha sido uma das maiores do mundo a par dos EUA. Este pensamento russo, ainda com mentalidade



soviética, achava que deveria ser tratada como tal. Por outro lado alegava que, tendo o Pacto de Varsóvia sido extinto em 1991, não fazia sentido a NATO continuar a existir. Para a Rússia, o mundo deixava de ser bipolar, para passar a ser multipolar, e com a continuidade da NATO, influenciada por completo pelos EUA, teria cariz unipolar. Desde a 2ª metade do século XX, a URSS e depois a Rússia, tentaram criar atritos por forma a afastar os EUA da Europa, e houve fases em que este elo transatlântico passou por crises de relacionamento, sem contudo ter o resultado prático que seria almejado: a extinção da NATO.

Neste período o Ocidente olhava para a Rússia como um país com as características de um estado falhado. Mas era um estado falhado com armamento nuclear, nesse sentido era essencial tê-lo à mesma mesa e arranjar uma estrutura de cooperação que fornecesse à Rússia um estatuto especial, pelo menos no aparato. Foi assim assinado o *Founding Act*, em maio de 1997, com objetivo de estreitar laços de cooperação e relações mútuas entre a NATO e a Rússia, com base, entre outros, nos princípios da transparência na política de defesa e na edificação de capacidades militares, de prevenção de conflitos, de apoio mútuo, de respeito pelo papel dos valores da democracia, de pluripartidarismo, do estado de direito e direitos humanos e pelo respeito pela soberania, independência e integridade territorial de todos os Estados (NATO-Rússia, 1997). Na sequência da assinatura deste ato, foi criado o *NATO-Russia Permanent Joint Council*, como mecanismo para consultas e coordenação de decisões e ações conjuntas respeitantes a assuntos de segurança de interesse comum. Este fórum, que reunia no formato NATO+1, não agradava à Rússia, pois não se considerava em pé de igualdade com os membros da Aliança, principalmente com os EUA, por outro lado, ocorreram eventos e foram tomadas decisões, em que foram postos à margem. Esta situação faz parte das acusações da Rússia em relação à NATO e aos EUA. Do ponto de vista russo, todas as grandes decisões da NATO, em que a Rússia deveria fazer parte do processo, foram tomadas unilateralmente pela Aliança. Sem capacidade para reagir, a Rússia assiste, em 1999, à entrada na NATO de 3 países do ex-Pacto de Varsóvia: Polónia, Hungria e República Checa. Em Agosto de 2008, Mikhail Gorbachov referiu: “*All over these years Russia has been put in front of already accomplished facts: Kosovo, withdrawal from the antimissile treaty, the deployment of antimissile sites in neighbouring countries, or even the endless enlargement of NATO*”. Ou seja a Rússia considera que ao ver-se confrontada com factos consumados, nos quais deveria ser sido consultada, está a ser tratada com desprezo, apesar de a NATO referir que a Rússia é um parceiro estratégico essencial. Na realidade o Ocidente olhava a Rússia mais com indiferença do que com desprezo (Friedman, 2015). Essa indiferença revelou-se inaceitável aos olhos dos russos, e com a degradação do regime de Ieltsin, era necessário adotar medidas para a manutenção da oligarquia. Num país fraco económica, social e também militarmente, com dificuldade de se afirmar no palco europeu e mundial, tratado com desdém pelos principais atores da cena internacional, surge um tenente-coronel da ex-KGB soviética, Vladimir Putin, na liderança na nação russa. Humilhar os fracos quando já foram fortes, é muito arriscado (Pinto, 2015).



Apêndice C - Ações da Rússia na Geórgia, Crimeia e Ucrânia

A Guerra da Geórgia

A partir de 2008, a Rússia inicia um novo caminho, tentando demonstrar que chega de ser humilhada, que já não é o Estado “coitadinho” do tempo de Ieltsin. Na sequência de ações militares levadas a cabo por forças da Geórgia, na Ossétia do Sul, Putin, com o argumento que cidadãos russos residentes nessa região estavam a ser afetados na sua segurança, avança em força acabando por entrar na própria Geórgia. Esta ação estava nitidamente ligado ao facto da ambição da Geórgia aderir à NATO. Na Cimeira de Bucareste, em abril de 2008, os Aliados concordaram com a adesão da Geórgia e da Ucrânia até dezembro desse ano. Desta forma, a Rússia não só impediu que isso pudesse acontecer, como adiou a questão relativamente à Ucrânia. Aliás, este conflito, inicialmente levado a cabo pela Geórgia, tinha a intenção de acabar com o separatismo na região, uma vez que a NATO exige, ao aceitar novos estados membros, que não tenham conflitos no seu território, no entanto, em Tbilissi, ninguém imaginou que a Rússia pudesse ter atuado como se veio a verificar (Friedman, 2008). A reação do Ocidente não se fez esperar, mas numa forma cautelosa e sem grande determinação, que após o cessar-fogo, viraram as suas atenções para outros assuntos (Paul, 2014). Nesta sequência a Ossétia do Sul declara a independência, seguida da Abecásia, outra região separatista, tendo a Rússia de imediato reconhecido esta situação. À Rússia juntaram-se outros países neste reconhecimento: Venezuela, Nicarágua, Nauru e Tuvalu, e ainda alguns Estados, parcialmente ou não reconhecidos pela ONU, tais como Abecásia, República Árabe Saauri Democrática (Saara ocidental), Transdniestria e Nagorno-Karabakh. Contudo, este reconhecimento não obteve apoios internacionais, designadamente da ONU, EU, NATO, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da grande maioria dos países membros da ONU, aliás que consideram a Ossétia do Sul, como parte integrante da Geórgia. À semelhança do que sucedeu, em 2014, com a Crimeia, não será de excluir, no futuro, uma anexação da Ossétia do Sul pela Rússia, já que os seus habitantes em grande maioria gostariam de se juntar à Ossétia do Norte, pelas raízes étnicas comuns. Desta forma, a Rússia vê uma das suas fronteiras naturais, o Cáucaso, bem seguro, quando essa defesa natural estava de certo modo comprometida com a eventual entrada da Geórgia na NATO. Com esta ação a Rússia demonstrou ter capacidade militar para atuar sempre que os seus interesses estejam em causa, demonstrou, ainda, que o seu aparelho militar tinha sido modernizado, que não tinha nada a ver com aquele que existia durante os anos 90 do século passado.

Para perceber o pensamento estratégico russo, teremos de ter em consideração vários eventos. As “revoluções coloridas” ocorridas na Geórgia (Revolução Rosa) em 2003 e na Ucrânia (Revolução Laranja) em 2004 tiveram diferentes interpretações. Para o Ocidente representaram o triunfo da democracia e da influência ocidental. Para Moscovo representaram uma interferência dos EUA nos assuntos internos da Geórgia e da Ucrânia, no sentido de integrá-los na NATO, e desse modo “cercar” ainda mais a Rússia. Para os russos, estava a ser quebrada uma promessa feita pelos líderes ocidentais que a NATO não iria expandir-se para os países que pertenceram ao antigo império russo. Aliás esta promessa já tinha sido quebrada em 1999 e em 2004 quando a NATO alargou a Leste. Nessa altura, os russos toleraram esta situação, até porque não estavam em condições de impedi-la. Os problemas internos eram de uma dimensão tal, que como já referido anteriormente, a Rússia não tinha capacidade de resposta (Friedman, 2008). Outro evento marcante foi o apoio da Europa e dos EUA à separação do Kosovo da Sérvia. Este evento significou para a Rússia que o Ocidente estava a violar o acordado após a 2ª Guerra Mundial, acordo que previa que as fronteiras na Europa, para prevenir eventuais conflitos, não deveriam ser alteradas. Se este princípio tinha sido violado no Kosovo, então outras situações poderiam eclodir, com a Rússia a possuir algumas regiões que ambicionavam pela independência. Nesse sentido,



pediu para que não fosse reconhecida a independência do Kosovo para não fomentar outras situações semelhantes, propondo que o Kosovo continuasse com uma autonomia dentro da Sérvia. Estes pedidos foram ignorados (Friedman, 2008).

Quando Putin referiu que o colapso da União Soviética tinha sido uma catástrofe geopolítica, não quis dizer que queria manter o estado soviético, antes ele queria transmitir que a desintegração do União Soviética criou uma situação favorável para que a segurança da Rússia pudesse ser ameaçada pelos interesses ocidentais. Esta desintegração deixou a Rússia “cercada” por um conjunto de países hostis aos seus interesses, e altamente influenciados pelo Ocidente (Friedman, 2008). Putin não queria restabelecer a União Soviética, mas queria restaurar a esfera de influência russa na região da antiga União Soviética. Para alcançar este desiderato ele tinha de restabelecer a credibilidade das FFAA russas, transformando-as numa força de combate capaz, e ter a garantia que o Ocidente não iria afrontar o poder russo. Putin não queria confrontos diretos com a NATO, antes queria enfrentar qualquer país (não NATO) que estivesse alinhado com os EUA, tivesse o seu apoio ou a sua proteção, a Geórgia era o alvo perfeito (Friedman, 2008). Ao invadir a Geórgia, como a Rússia fez de forma competente, para não dizer brilhante, Putin restaurou a credibilidade do aparelho militar russo. Mas mais importante, demonstrou que enquanto os EUA estivessem envolvidos em operações no Médio Oriente, as suas garantias não tinham valor. Esta lição, do ponto de vista russo, é algo que a Ucrânia, os países Bálticos, e outros países em seu redor necessitam de digerir (Friedman, 2008).

A guerra na Geórgia é o regresso da Rússia como grande potência. A Rússia foi um império durante séculos, os últimos 15 anos foram uma aberração que necessitava de ser corrigida, e agora está a sê-lo (Friedman, 2008).

A Anexação da Crimeia

Para Moscovo, a Crimeia foi sempre russa, desde o tempo de Catarina a Grande, cuja população de etnia russa representa quase 60% da totalidade dos seus habitantes (Ukraine, 2004). Em 1954, e por decisão do então Secretário-geral do partido comunista da URSS, Nikita Khrushchev, que por sinal tinha nascido na Ucrânia, a Crimeia foi transferida da República Socialista da Rússia para a República Socialista da Ucrânia. Esta transferência foi vista como uma ação emblemática, para comemorar os 300 anos de integração da Ucrânia no Império Russo, e na altura esta decisão não ofereceu qualquer oposição, uma vez que as elites comunistas não tinham na mente que o seu poder não fosse eterno, para além de que, a Ucrânia sempre faria parte da Rússia, por isso seria indiferente onde a Crimeia pudesse estar integrada (Milhazes, 2016). Após o colapso da União Soviética, esta integração não suscitou dúvidas, porque por um lado, o Presidente russo estava mais preocupado em consolidar o seu poder do que discutir esta questão, e por outro não passava pela cabeça de ninguém que a Ucrânia se afastasse da Rússia como se veio a verificar mais tarde. Para além disso, a Rússia continuava a usufruir do estacionamento das suas unidades navais na Crimeia (Milhazes, 2016).

Durante os anos 90 do século passado, a Ucrânia, à semelhança da Rússia, estava fraca, do ponto de vista social e económico, a corrupção e o crime organizado espalhavam-se rapidamente. Nesse sentido, a Ucrânia tentou estabelecer um acordo de associação com a UE para poder usufruir de financiamento externo, que não lhe era favorável nos mercados públicos. Esta aproximação a Ocidente causou forte oposição de Moscovo, que via nesta ação a mão dos EUA, no sentido de, após entrar na UE, nada impedia a Ucrânia em aderir à NATO e assim afastá-la da influência russa. A posição de Putin neste processo era ambígua, por um lado reconhecia que a assinatura do acordo era algo que competia livremente à Ucrânia, por outro, prevenia que a Rússia seria obrigada a intervir para defender os seus interesses caso isso viesse a acontecer. Da sua parte estava disposto a ajudar a Ucrânia, tendo disponibilizado um empréstimo, para além da redução do preço do gás, em troca da renúncia



ao acordo com a UE (Milhazes, 2016). Após vários avanços e recuos, quer por parte da Ucrânia, quer por parte da UE, o Presidente da Ucrânia Victor Ianukovitch recusou-se a assinar o mencionado acordo. Esta situação provocou protestos em várias cidades da Ucrânia. Os distúrbios aumentaram ao ponto de Ianukovitch abandonar Kiev, sendo substituído no poder pela oposição ucraniana. A partir daqui ficou aberto para que a Rússia pudesse intervir mais fortemente. Moscovo lançou uma forte campanha de propaganda, alegando que o que passou em Kiev foi um golpe de estado perpetrado por fascistas. Tudo isto foi agravado pelo facto do Parlamento ter suspenso uma lei que previa o uso da língua russa nas províncias possuidoras de minorias russas com mais de 10% da totalidade da sua população. Esta decisão causou fortes protestos no Leste e Sul da Ucrânia, onde existem grandes comunidades russas, tendo-se alastrado à Crimeia, província, como já foi referido possui cerca de 60% de russos. Esta decisão foi vetada pelo Presidente interino da Ucrânia, no entanto o mal já estava feito (Milhazes, 2016). Em face destes acontecimentos, Putin não hesitou, e lembrando que em 2008 os EUA e a UE conformaram-se com a intervenção do exército russo na Geórgia, porque não agora na Crimeia? Para além de que, do ponto de vista russo, tudo seria feito baseado em precedentes e de acordo com o Direito Internacional.

A Crimeia representa para a Rússia, o acesso ao Mar Negro, e por sua vez ao Mediterrâneo. A Rússia possui a sua esquadra estacionada no porto de Sebastopol, e o facto de uma possível entrada da Ucrânia na NATO, poderia obrigar a sua retirada, com tudo o isso representaria, apesar da existência de um acordo entre a Rússia e a Ucrânia que permite a utilização do porto até 2042. No entanto, a Rússia sabe que os acordos podem ser “rasgados”. A partir daqui tudo se desenrolou rapidamente. Utilizando as táticas da guerra híbrida, a guerra da informação e a *maskirovka*, que pode ser classificada como a doutrina militar que utiliza a camuflagem, negação e decepção (Johnson, 2015, p. 1), empregou forças militares que não dispunham de qualquer identificação (que ficaram conhecidos pelos *little green men*), Moscovo consegue em pouco tempo, controlar a província, que culmina com a realização de um referendo sobre a saída da Ucrânia e a integração na Rússia, o qual obteve o apoio de 96,77% dos votantes, a que se seguiu a declaração da independência e do acordo de integração. Para o Ocidente esta situação significou que a Rússia não cumpriu o Acordo de Bucareste de 1994, onde as potências nucleares garantiram a integridade territorial da Ucrânia e do Cazaquistão, pela entrega à Rússia, do arsenal nuclear da ex-URSS que se encontrava estacionado nesses países. Para além disso, a Rússia tinha violado o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas. Estas acusações são negadas pela Rússia, uma vez que considera que a Crimeia foi sempre russa, para além de que havia o precedente do Kosovo patrocinado pelos países ocidentais, e que atuou desta forma para proteger a população de etnia russa da Crimeia (Milhazes, 2016).

No seguimento da anexação da Crimeia, os EUA e a UE decretaram pesadas sanções à Rússia. Congelamento de contas bancárias, proibição de concessão de vistos, limitação a empresas ocidentais nos seus negócios com a Rússia, proibição de financiamento a empresas russas e de transferência de tecnologia, foram algumas das sanções aplicadas, que tiveram um impacto muito forte na economia da Rússia e também da Ucrânia. Este impacto também tem sido sentido a Ocidente, muitas empresas dos países da UE que mantinham negócios com a Rússia viram diminuir as suas exportações. Mas o grande golpe na economia russa, por coincidência ou não com as sanções, foi a quebra brusca do preço do petróleo. Alguns analistas defendem que a quebra do preço do petróleo foi uma ação deliberada dos EUA para obrigar a Rússia “a ajoelhar” (Ribeiro, 2016). A economia russa está demasiado dependente das suas exportações energéticas. Putin não conseguiu transformar os anos de preços altos do petróleo, na construção de uma economia viável, isto porque as forças que o colocaram no poder, o FSB e os oligarcas, tinham de ser satisfeitos, e desta forma o dinheiro foi canalizado para empresas que tinham de ser mantidas, ficando sem espaço de manobra para



construir uma economia que não fosse demasiado dependente dos preços da energia (Friedman, 2016-b).

A Crise no Leste da Ucrânia

Esta situação tem de ser vista no contexto da anexação da Crimeia, após os incidentes em Kiev, e os protestos que se seguiram, iniciou-se desacatos no Leste da Ucrânia realizados por separatistas. Estes desacatos alastram-se no Leste da Ucrânia com o apoio de milícias russas, que mais uma vez atuaram de forma mascarada, sendo que a Rússia sempre negou a sua interferência, até ser impossível esconder este facto.

A guerra civil no Leste da Ucrânia causou milhares de mortos e feridos, e muitos milhares de refugiados. Na tentativa de travar esta situação, foram assinados, em setembro de 2014, os Acordos de Minsk, em tomaram parte representantes da Rússia, da Ucrânia e das Repúblicas Populares de Donetsk e de Lugansk, estas últimas por imposição de Moscovo. Estes acordos, realizados sob os auspícios da OSCE, visavam o fim da guerra no Leste da Ucrânia e implantar um cessar-fogo imediato. No entanto, o conflito continuou, sendo que, de uma forma inesperada, em setembro de 2015, os combates reduziram substancialmente de intensidade, chegando a parar completamente em várias regiões. Acordos informais entre autoridades locais e separatistas fizeram parar os confrontos e as operações militares em várias localidades, enquanto a ajuda internacional tentava amenizar a crise humanitária na região. Especialistas afirmam que a guerra entrou numa nova fase chamada de "*Frozen Conflict*" (Kramer, 2015).



Apêndice D - A Política de Segurança e Defesa da UE

No âmbito de segurança e defesa, a UE teve o seu antecessor, a União da Europa Ocidental (UEO), organização dissolvida em 2011, no seguimento da entrada em vigor do Tratado de Lisboa de 2009.

Em 1992, a UEO, na sequência do final da guerra-fria e do colapso da URSS, e para lidar com possíveis situações de instabilidade no Leste Europeu, criou as “*Petersberg Tasks*”, que passavam pela realização de operações humanitárias, e de manutenção e imposição da paz. Mais tarde, em 1996, durante a Ministerial em Berlim, os aliados decidiram criar a *European Security and Defence Identity* (ESDI) (NATO, 1996). A ESDI funcionava como pilar europeu dentro da Aliança, a ser gerida pela UEO, e servia sobretudo, para atuar quando a NATO não se queria envolver, ou seja, quando os EUA não se queriam envolver. No âmbito desta estrutura, a UEO, podia conduzir operações militares utilizando meios da NATO. Em 1998, os presidentes do Reino Unido e da França, assinaram a Declaração de Saint-Malo, onde avançaram para a criação da *European Security and Defence Policy* (ESDP) em substituição da ESDI, sob a jurisdição direta da UE, para criar uma capacidade militar europeia autónoma e para integrar os países da UE não pertencentes à NATO. Esta declaração surgiu na sequência do conflito do Kosovo e do reconhecimento que os europeus poderiam ter atuado de forma a terem prevenido esse conflito, entretanto, a UE, com o Tratado de Amesterdão, em 1997, incorporou as “*Petersberg Tasks*” no seu âmbito. Em 1999, a UE aprovou o “*Helsinki Headline Goal*”, que constava na edificação de uma capacidade militar autónoma, a estar operacional em 2003. Nesse mesmo ano, na sequência da declaração NATO-UE de 2002, foi acordado o “*Berlin plus agreement*” (BPA) que permitia a utilização de infraestruturas, mecanismos e meios militares pela UE. Permitia, ainda, troca de informação classificada e acesso às capacidades de planeamento da NATO, sendo que as operações militares levadas a cabo sob a égide da UE teriam como Comandante operacional o *Deputy SACEUR*.

Todas estas iniciativas, aparentemente com boas intenções, até para aliviar o esforço americano, que passou a focar-se mais no Pacífico e na Ásia, foram vistos, em alguns setores, que poderiam criar clivagens na NATO, provocando redução na sua importância. No seguimento da Declaração de Saint-Malo, a Secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, no célebre discurso dos três D’s (*duplication, decoupling and discrimination*), referiu que os EUA apoiavam os aliados europeus na prossecução da sua política de segurança e defesa, mas que tivessem em conta que não poderia haver duplicação com o que a NATO realizasse, que não houvesse separação desta política com a dos EUA e da NATO, e que não houvesse discriminação aos países europeus da NATO não pertencentes à UE. Este aviso dos EUA, tiveram algumas consequências no relacionamento da NATO com a UE nos anos seguintes, com a Turquia, membro da Aliança mas não da UE, a sentir-se discriminada, essencialmente por não ser aceite como membro da União, quando era esse o seu desejo. Este sentimento levou a que muitas das iniciativas de cooperação entre as duas organizações, colidisse com a falta de consenso dentro da Aliança. Apenas as ações de cooperação entre a NATO e a EU no âmbito do BPA tinha o acordo da Turquia, as restantes ficavam bloqueadas.

O Tratado de Lisboa que entrou em vigor em 2009 alterou a nomenclatura da ESDP para *Common Security and Defence Policy* (CSDP), integrando-a no domínio do Conselho Europeu, criando o cargo de Alto Representante da União dos Negócios Estrangeiros e Política de Segurança. Este tratado atribuiu ao Conselho Europeu a identificação dos interesses estratégicos, o estabelecimento dos objetivos e a definição das orientações da política externa e de segurança comum, incluindo em assuntos com implicações na área da defesa (Europeia, 2008, p. 37). A CSDP foi criada no sentido de garantir à UE uma capacidade operacional apoiada em meios civis e militares, assentes nas capacidades



disponibilizadas pelos estados membros, essencialmente para serem empregues em missões de manutenção da paz e prevenção de conflitos (Europeia, 2008, p. 46). A CSDP inclui, também, a definição gradual de um política comum de defesa, a ser deliberada pelo Conselho Europeu, que recomendará aos estados membros a adoção de uma decisão nesse sentido, de acordo com as seus princípios constitucionais, não afetando, esta política, a especificidade das políticas de defesa e segurança de alguns estados membros, respeitando as obrigações no âmbito da NATO, a qual será compatível (Europeia, 2008, p. 47). No âmbito da defesa mútua, este tratado prevê, no seu n.º 7 do artigo 42^a, que se um estado membro for alvo de um ataque, os outros estados membros dever-lhe-ão prestar auxílio e assistência por todos os meios as seu alcance, no entanto esta disposição refere que não afeta o carácter específico da política de segurança e defesa de alguns estados membros e os compromissos assumidos no quadro da NATO (Europeia, 2008, p. 48). Na realidade esta disposição de defesa mútua revela possuir ambiguidades, criando diferentes interpretações do grau de compromisso entre os estados membros, não dando um verdadeiro sentido de união (Pinto, 2016).



Apêndice E - Os “Vizinhos” da Rússia

A Polónia

A prioridade da Polónia não é contribuir para missões externas, mas sim aumentar o seu potencial militar defensivo e contribuir para os esforços da NATO. Após as ações agressivas da Rússia, a Polónia passou a desenvolver esforços no sentido de aumentar as suas capacidades militares (Severin Fischer, et al., 2016, p. 23).

Em 2014, a Polónia publicou a sua Estratégia de Segurança Nacional, na qual refere que os seus principais esforços estratégicos vão no sentido de assegurar a segurança do seu território e dos seus cidadãos, de apoiar a defesa dos seus aliados, e só após isto assegurado é que está disponível para participar no combate a ameaças fora do território da Aliança. Em linha com estas prioridades, a Polónia refere que o seu foco é o desenvolvimento de medidas que consolidem a capacidade defensiva da NATO, especialmente no flanco Leste. A par disto, a Polónia também refere a sua intenção de participar nos esforços da UE na área da segurança e da defesa, desde que essas capacidades possam contribuir para a sua própria defesa (Severin Fischer, et al., 2016, p. 24).

Desde as ações da Rússia, a Polónia tem vindo a pressionar os seus aliados para reforçarem a presença militar da NATO no seu território, através da realização de exercícios e no envio de militares para o MCNH, e ainda para que o RAP seja implementado o mais rápido possível. Para além disso, a Polónia gostaria de ver instalado no seu território bases militares permanentes da Aliança. Nesse sentido, e por forma a tentar convencer os aliados mais cétricos, está disposta a envolver-se militarmente em operações no Médio Oriente (Severin Fischer, et al., 2016, p. 25).

A Polónia está disposta a investir mais nas suas FFAA. Já em 2015 conseguiu alcançar a meta estabelecida pela NATO de atribuir 2% do seu PIB ao setor da defesa, e aprovou medidas legislativas para que o país atribua, no mínimo, 1,95% do PIB, e a prazo, estabelecer o objetivo de dedicar 2,5% (Severin Fischer, et al., 2016, p. 25).

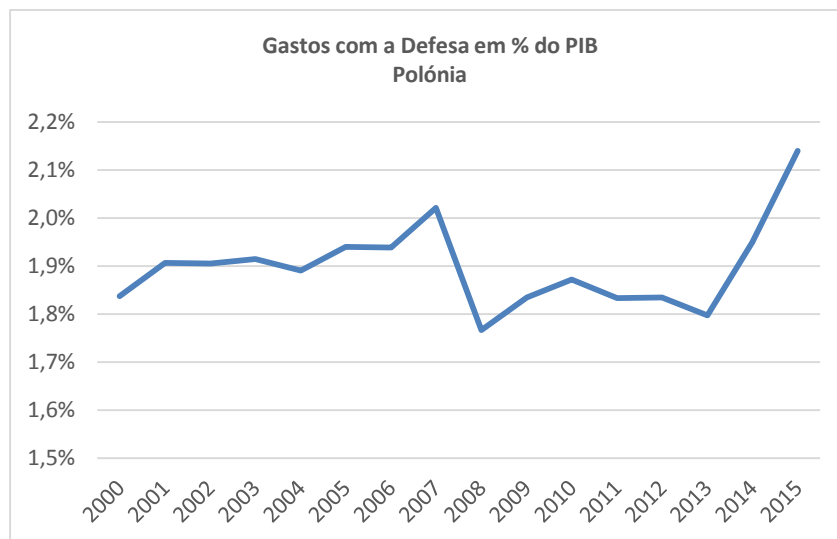


Figura 17 – Polónia - Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB)

Fonte: (SIPRI, 2016), adaptado pelo autor

Também a Polónia tem vindo a reduzir os seus efetivos, mas de uma forma pouco acentuada, a grande quebra teve a ver com o fim da conscrição em 2009, cujo processo tinha já sido iniciado, de forma gradual, desde 2002.

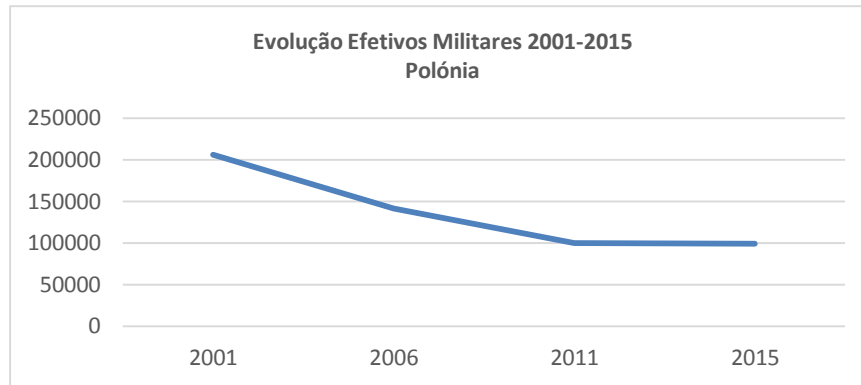


Figura 18 – Polónia – Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades)
Fonte: (IISS, 2015), adaptado pelo autor

Os Países Bálticos

Pela realidade histórica e geopolítica, os Países Bálticos têm, obrigatoriamente, de se relacionarem com a Rússia, quer diplomática quer economicamente. No entanto, o sentimento de parte a parte tem sido sempre marcado por desconfianças mútuas, e uma postura hegemónica por parte da Rússia. O período de relações normais entre a UE e a Rússia proporcionou aos países Bálticos níveis de crescimento económico bastante positivos. A resposta da Rússia às sanções impostas pela UE, através de embargo às importações vindas dos países da UE, criou um impacto negativo nas economias dos países Bálticos. Enquanto, no início de 2014, estava previsto um crescimento do PIB destes países em cerca de 4%, um ano depois, estas previsões tinha decrescido para menos de 2% (Vitkus, 2015, p. 2).

Os países Bálticos sempre olharam para a Rússia como o vizinho agressor. Apenas por curtos períodos foram independentes, e de todas as vezes que o foram, mais tarde ou mais cedo, a Rússia interferiu nos seus destinos. Com a possibilidade de se verem livres da influência russa, os três países aderiram à NATO e à UE em 2004. Esta adesão foi vista pela Rússia como uma provocação, e uma ameaça, aos seus interesses, não pela dimensão destes países, mas pelo que essa adesão significava, trazendo a NATO para as suas fronteiras (Bruge, 2015, p. 6). Enquanto na grande maioria dos países da UE, a Rússia não era vista como ameaça, nos países Bálticos essa era uma realidade, e os eventos na Crimeia e na Ucrânia vieram dar-lhes razão. Os países Bálticos têm a certeza que se não fizessem parte da Aliança, ter-lhes-ia acontecido o mesmo que à Ucrânia (TAMUbushSchool, 2014).

A atual atitude da Rússia, e a ameaça que é percebida, produziu efeitos nas políticas de defesa dos países Bálticos, especialmente na Lituânia e na Letónia, cujos orçamentos de defesa eram relativamente baixos (cerca de 0,8% do PIB). Nesse sentido, ambos os países concordaram em aumentar, gradualmente, os seus gastos com a defesa para 2% do PIB até 2018, por forma a atingir a meta proposta pela NATO. A Lituânia decidiu reimplementar o sistema de conscrição, que tinha abolido em 2008, aumentar os seus efetivos militares e adquirir novo equipamento.

A Estónia, que já alcançou e ultrapassou a meta dos 2% do PIB dedicados à área da defesa, e que nunca abandonou a conscrição, decidiu investir verbas extraordinárias para poder receber no seu território, forças militares dos países aliados (Vitkus, 2015, p. 5).

Nas figuras 16 e 17, estão mencionados os gastos com a defesa destes países e a evolução dos seus efetivos militares, respetivamente.

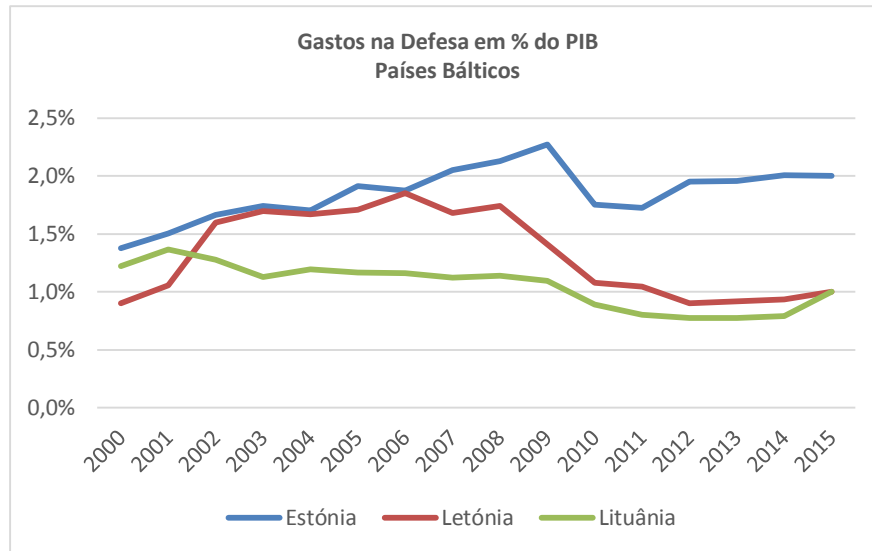


Figura 19 – Países Bálticos – Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB)

Fonte: (SIPRI, 2016), adaptado pelo autor

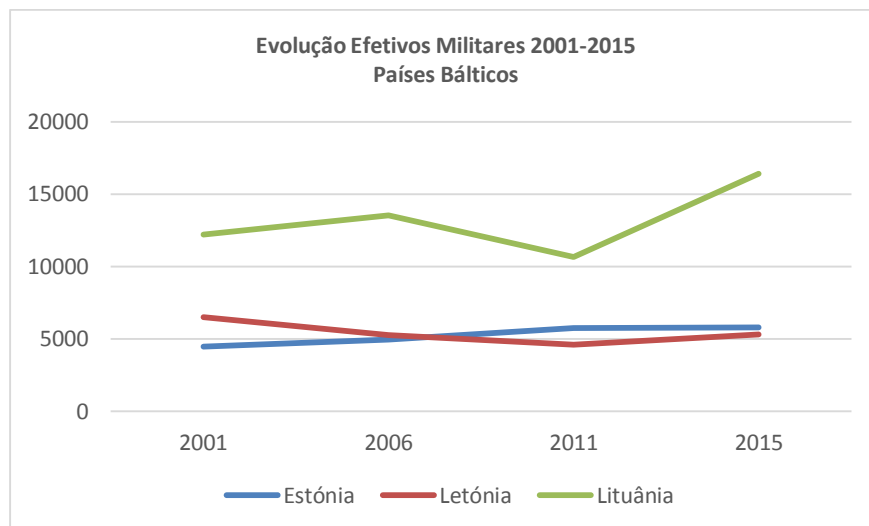


Figura 20 – Países Bálticos – Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades)

Fonte: (IISS, 2015), adaptado pelo autor

A Suécia e a Finlândia

A Suécia e a Finlândia são dois países do Norte da Europa, pertencentes à UE mas não são membros da NATO. Ao longo da história sempre tiveram uma relação atribulada com a Rússia. Os recentes acontecimentos na Ucrânia levou-os a pensar seriamente sobre qual seria a postura da Rússia perante os seus países.

Em 1 de junho de 2015, a Suécia, aprovou a sua estratégia de defesa, na qual estabeleceu como prioridade mais importante, o aumento da capacidade operacional de combate das suas FFAA, e assegurar a força coletiva da Defesa Total da Suécia, a qual envolve a defesa militar e a defesa civil do país (Government of Sweden, 2015, p. 1). Neste documento é dada particular importância aos esforços de cooperação no âmbito da ONU, da UE, a parceria com a NATO, nas relações bilaterais com os EUA e no NDC. Também é referido que, considerando a atual postura da Rússia, deverão ser desenvolvidos esforços numa maior cooperação com os países Bálticos e, considerando como vital, uma mais profunda relação com a Finlândia (Government of Sweden, 2015, p. 2). De entre outras



ameaças identificadas, o documento refere que a guerra híbrida e a propaganda, representam um leque alargado de atividades que podem ser usadas em tempo de paz ou guerra, por isso o país tem de estar preparado para as identificar e enfrentar essas ameaças, assim como ter capacidade para contrariar campanhas de propaganda. A Suécia, para aumentar as suas capacidades militares, manifesta a intenção de aumentar os recursos financeiros dedicados à defesa, em cerca de 15% até 2020 (Government of Sweden, 2015, p. 4). Já a Finlândia, aprovou a sua estratégia de defesa em 2012, antes dos acontecimentos já mencionados, e encontra-se, presentemente a preparar um relatório sobre a sua estratégia de defesa e segurança (IISS, 2016, p. 92). Assim como a Suécia, a Finlândia também está preocupada com a atitude agressiva da Rússia, principalmente na defesa das suas ilhas desmilitarizadas, temendo que possam ser usados os mesmos métodos não convencionais do “*little green men*” utilizados na Crimeia.

A Rússia realizou um exercício em março de 2015, cujo cenário incluía a ocupação de uma ilha sueca (Braw, 2015). Face a esta situação, a Suécia decidiu iniciar a modernização dos seus navios e voltar a enviar forças militares para essa ilha. Nos últimos anos, e face à crise económica, a Suécia não foi exceção, alocou menos recursos à área da defesa, mas agora, tenciona inverter essa tendência. Por outro lado, a Finlândia tendo também sido afetada, tem conseguido manter um nível estável de investimento na defesa.

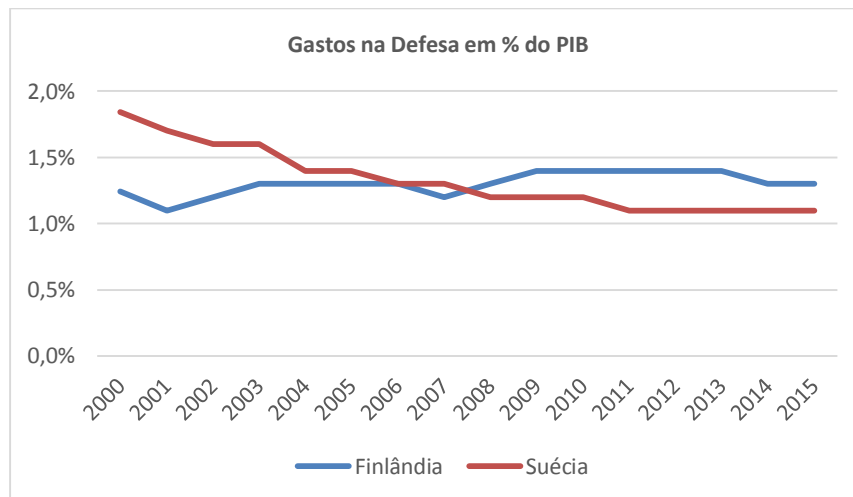


Figura 21 – Suécia e Finlândia – Gastos com a Defesa 2000-2015 (em % do PIB)

Fonte: (SIPRI, 2016), adaptado pelo autor

Neste período, a Suécia tenciona, também, proceder à aquisição de novos equipamentos militares. Quanto a efetivos, refere que vai continuar com o sistema de conscrição, tencionando aumentar os efetivos militares (Government of Sweden, 2015, p. 13). A Finlândia, por seu lado, continua também a manter a conscrição, não fazendo qualquer referência se pretende aumentar o seu pessoal militar, no entanto mantém uma força de reservistas de 354.000 efetivos, que são mobilizados cerca de 40 dias por ano para efeitos de treino e participação em exercícios (IISS, 2016, p. 92).

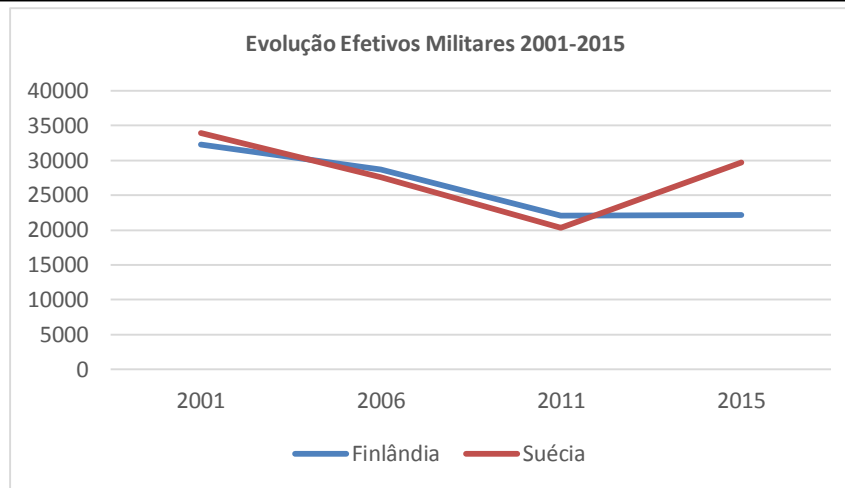


Figura 22 – Suécia e Finlândia – Evolução Efetivos Militares 2001-2015 (em unidades)

Fonte: (IISS, 2015), adaptado pelo autor

Tanto a Suécia como a Finlândia, têm vindo a ponderar a sua adesão à NATO. A Aliança forneceria a defesa que estes países não vislumbram que a UE o possa fazer (Guedes, 2016). Sondagens realizadas em junho de 2015 revelaram que 41% dos suecos estariam a favor da adesão, 39% contra e 20% não sabem. Comparando com sondagens anteriores, em 2013, 29% eram a favor e em 2012, 17%. Isto representa uma mudança consistente no sentimento da opinião pública sueca, e está diretamente relacionada com a postura agressiva da Rússia na Ucrânia e a deterioração do ambiente de segurança no Mar Báltico (Nilsson, 2015). Já a Finlândia, a sua opinião pública não é tão favorável a uma possível adesão, sondagens realizadas em 2015, apenas 22% concordavam, 55% eram contra e 23% não sabiam. No entanto, verificou-se a um aumento dos apoiantes à adesão já que em 2013 apenas 17% eram a favor. Perguntando aos finlandeses se concordavam entrar na NATO caso a Suécia o fizesse, esta percentagem aumentava para 35%. Caso viesse a acontecer a entrada da Suécia na NATO, assim como da Finlândia, iria transformar o ambiente de segurança estratégico de toda a região, sendo que a fronteira da NATO com a Rússia, ficaria a maior de sempre. Quem não vê isto com bons olhos, é a Rússia. Sobre esta possibilidade, o embaixador da Rússia em Estocolmo referiu que “o país que adere à NATO precisa de estar ciente dos riscos a que fica exposto” (Braw, 2015). Também sobre a possível adesão da Finlândia, um conselheiro de Putin, avisou que a Finlândia “deveria pensar nas consequências numa possível adesão à NATO, pelo que deveria questionar se pretende começar uma nova guerra mundial” (Braw, 2015). No entanto, a possível adesão à NATO, não será tarefa fácil, para os próximos anos, conseguir um apoio político abrangente, a não ser que ocorressem eventos particularmente graves na região do Báltico. Sendo a Suécia um país que sempre primou pela neutralidade, apesar de como parceiro, já ter participado em operações lideradas pela NATO, a responsabilidade política, como eventual membro, pelas operações globais e pela estratégia nuclear da Aliança, são questões políticas e de opinião pública problemáticas e sensíveis. Nesse sentido, aumentar a cooperação com a NATO e, bilateralmente, com os EUA, poderá vir a ser o mais provável, e o mais avisado de ocorrer (Mattsson, 2016).

Relativamente à Finlândia, e considerando a sua extensa fronteira com a Rússia, um país muito mais poderoso, a sua ponderação numa eventual entrada na NATO, tem vindo a dar origem a debate nos círculos políticos, e também na opinião pública, a questionarem se ao aumentar as capacidades, não apenas as próprias, mas contando, também, com as da NATO, aumentando, assim a sua segurança, não poderá criar maior insegurança na Rússia, levando a que possam ocorrer ataques preventivos (Ribeiro, 2009, p. 52).